

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

DESTAQUES 2011 - 2014

SEPPIR

SECRETARIA
DE POLÍTICAS DE
PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL

A decorative graphic on the left side of the page, consisting of a circular arrangement of stylized leaves and berries, rendered in shades of gray and white. The leaves are pointed and arranged in a spiral pattern, with small circular berries interspersed between them.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

DESTAQUES 2011 - 2014

SEPPIR



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
1. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.....	11
Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).....	13
Sistema de Monitoramento das Políticas de Igualdade Racial.....	15
2. INCORPORAÇÃO DA PERSPECTIVA RACIAL NAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	17
ADOÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	20
Educação.....	20
Trabalho.....	23
Cultura.....	24
FORTEALECIMENTO DE AÇÕES PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	26
Programa Brasil Quilombola (PBQ).....	26
Acesso à Terra.....	27
Infraestrutura e Qualidade de Vida.....	29
Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local.....	30
Direitos e Cidadania.....	31
Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.....	33
Garantia de Direitos.....	34
Territorialidade e Cultura.....	34
Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável.....	35
Povos Ciganos.....	36
Diálogos para a construção da agenda.....	36
Acesso diferenciado a políticas públicas.....	37
PROMOÇÃO DE DIREITOS DA JUVENTUDE NEGRA.....	38
Plano Juventude Viva.....	38
MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL. VALORIZAÇÃO DA PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.....	41
Campanha Igualdade Racial é pra Valer.....	41
Ampliação de ações temáticas e intersetoriais.....	45
Educação.....	45
Saúde.....	45
Trabalho.....	47
Ações Integradas para as Mulheres Negras.....	48
3. REVERSÃO DAS REPRESENTAÇÕES NEGATIVAS DA PESSOA NEGRA. VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA NEGRA.....	51
Reuniões com comunicadores.....	53
Promoção da diversidade na comunicação pública.....	54
Publicações.....	54
Valorização de referências históricas.....	54
Reconhecimento do patrimônio cultural.....	55
4. EFETIVIDADE DOS MARCOS LEGAIS.....	57
Rede Nacional de Atendimento às Vítimas de Discriminação Racial.....	61
Atuação em Proposições Legislativas.....	61
Lei de Acesso à Informação.....	62
5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	65
Instâncias Formais.....	67
Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.....	67
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).....	67
Espaços de Debate.....	68
6. ATUAÇÃO INTERNACIONAL.....	71
Ações Multilaterais.....	72
Articulação Regional.....	73
Ações Bilaterais.....	74
7. LISTA DE QUADROS.....	75
8. GLOSSÁRIO.....	75





APRESENTAÇÃO

A dinâmica da democracia no Brasil, se acompanhada da perspectiva das distintas formas de mobilização da população negra e do alargamento dos espaços institucionais de enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais, nos permite olhar o futuro com confiança.

Nos últimos quatro anos, a implementação da política de igualdade racial foi marcada por novos desafios, decorrentes das possibilidades abertas pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei N.º 12.288/2010). Isso exigiu um esforço de reflexão coletiva, organizado a partir de um processo de planejamento, no qual a experiência desenvolvida anteriormente foi ponto de partida para novas abordagens.

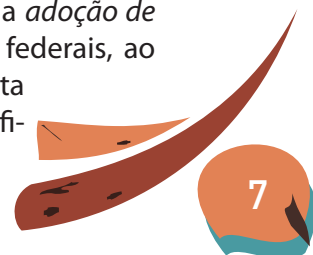
Assim, ampliaram-se os compromissos do Governo Federal, conforme expresso em vários programas do Plano Plurianual 2012-2015, que hoje compõem a Agenda Transversal de Promoção da Igualdade Racial. Portanto, os destaques que ora apresentamos dizem respeito não apenas às ações executadas diretamente pela SEPPIR/PR, mas a um conjunto de iniciativas por ela articuladas com diversos ministérios e órgãos federais.

O processo de efetivação da política foi orientado por *objetivos*, que aqui servem de base para a apresentação das principais ações e dos resultados alcançados no período 2011-2014.

A criação de um ambiente favorável à *institucionalização da política de promoção da igualdade racial* envolveu pelo menos duas dimensões. Uma se refere a conquistas nos marcos institucionais e regulatórios, a começar pela decisão unânime do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das ações afirmativas. Por sua vez, o Congresso Nacional, aprovou leis que prevêm reserva de vagas com base em critérios etnicorraciais.

A segunda dimensão tem a ver com a constituição, pelo Governo Federal, do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que fortalece e amplia a efetividade da política, estabelecendo as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na sua execução. Ao mesmo tempo, o Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial vem consolidando os esforços de aprimoramento da gestão da informação, de modo que o setor público e a sociedade possam acompanhar as ações e seus efeitos na vida da população negra.

No período 2011-2014, registraram-se importantes avanços na *incorporação da perspectiva racial nas políticas governamentais*, mais evidenciados pela *adoção de ações afirmativas* para o acesso a universidades e institutos técnicos federais, ao serviço público por meio de concursos da Administração Federal, direta e indireta, e a recursos para projetos de cultura e arte. Também verificou-se o *fortalecimento de ações para comunidades tradicionais* de



matriz africana, quilombolas e povos ciganos, em consequência da crescente participação desses segmentos no debate da agenda de políticas públicas. Na *promoção de direitos da juventude*, o direito à vida ganhou centralidade diante do imperativo de combater as altas taxas de homicídio entre jovens negros de 15 a 29 anos.

Outras *medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional* foram estimuladas pela campanha “Igualdade Racial é pra Valer”, que ampliou as parcerias da SEPP/PR pela adesão de empresas públicas e outras instituições ao compromisso de promover a igualdade e valorizar a diversidade racial.

O objetivo de *reverter as representações negativas da pessoa negra* perpassou a maioria das ações da SEPP/PR. Os editais de apoio a projetos culturais e artísticos e ao fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil, as ações na área de educação, saúde e todo o trabalho com diferentes segmentos - mulheres, jovens e comunidades tradicionais - sem dúvida colaboraram para mudar percepções estereotipadas que ‘naturalizam’ as desigualdades raciais.

A *efetividade dos marcos legais* que criminalizam o racismo foi buscada por meio da Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial, que operou num contexto de aumento da visibilidade dos casos de discriminação. Entre outros fatores, contribuíram para este quadro, por um lado, reações conservadoras à evidente mobilidade social experimentada pela população negra e, por outro, a percepção desta em relação a seu direito a uma vida livre de discriminações.

Quanto à participação social, a SEPP/PR procurou garantir o diálogo com diversos segmentos, em especial o movimento social negro nas suas variadas expressões. Nesse sentido, foram fortalecidas as instâncias formais de diálogo, com a realização bem sucedida da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR) e o maior envolvimento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) no debate de pautas estratégicas. Ademais, os espaços de diálogo foram ampliados em rodas de conversa, audiências específicas e reuniões para subsidiar novos projetos, programas e planos.

Por fim, vale salientar que a atuação da SEPP/PR concorreu para afirmar a liderança internacional do Brasil nestes temas, dando suporte à construção da posição brasileira nos principais fóruns multilaterais e regionais. Os resultados mais destacados do período foram a proclamação da Década Internacional dos Afrodescendentes, pelas Nações Unidas, e a aprovação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Intolerâncias Correlatas, pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

As informações detalhadas a seguir mostram que as iniciativas de promoção da igualdade racial ocupam um lugar central nas mudanças sociais e institucionais que apontam o caminho da superação das desigualdades e do amadurecimento do processo democrático brasileiro.



SINAPIR

Sistema Nacional de
Promoção da Igualdade Racial

ças publicitárias, a obrigatoriedade da prática de iguais oportunidades de emprego para as pessoas relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

§ 2º Entende-se por prática de iguais oportunidades de emprego o conjunto de medidas sistemáticas executadas com a finalidade de garantir a diversidade étnica, de sexo e de idade na equipe vinculada ao projeto ou serviço contratado.

§ 3º A autoridade contratante poderá, se considerar necessário para garantir a prática de iguais oportunidades de emprego, requerer auditoria por órgão do poder público federal.

§ 4º A exigência disposta no caput não se aplica às produções publicitárias quando abordarem especificidades de grupos étnicos determinados.

TÍTULO III

DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SINAPIR)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Statuto da
Igualdade Racial

SEPPIR

IGUALDADE
RACIAL É PRA
VALER
2013

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Art. 47. É instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapiir) com a forma de organização e funcionamento necessários à implementação do Programa de Políticas Públicas destinadas a superar as desigualdades raciais existentes no País, prestados pelo poder público federal.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão participar do Sinapiir mediante adesão.

§ 2º O poder público federal incentiva a sociedade e a iniciativa privada a participar do Sinapiir.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 48. São objetivos do Sinapiir:

I - promover a igualdade étnica e combater as desigualdades sociais resultantes do racismo inclusive mediante adoção de ações afirmativas;

II - formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra;

SINAPIIR

Sistema Nacional de
Promoção da Igualdade Racial





SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SINAPIR)

O SINAPIR é um mecanismo estruturante do Governo Federal para o fortalecimento e ampliação da efetividade da política de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios. Seu processo de implantação, iniciado em 2012, representou o principal esforço de efetivação do Estatuto da Igualdade Racial como forma de organização e de articulação para a implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais existentes no país, prestados pelo poder público federal.

A construção do Sistema foi marcada por ampla participação social, a partir da submissão do documento base do SINAPIR a uma Consulta Pública no portal do Governo Eletrônico, no período de 01/03 a 09/05/2013, que recebeu mais de 80 contribuições, entre elas as apresentadas por entes federados. O documento base também foi discutido no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em diversos fóruns regionais de gestores e em reunião com especialistas na implementação de outros sistemas nacionais.

Os resultados deste amplo debate estão expressos no Decreto Nº 8.136, de 05 de novembro de 2013, que regulamenta o SINAPIR - seus princípios, objetivos, instrumentos gerenciais, estrutura, forma de participação, competências, responsabilidades e mecanismo de financiamento -, bem como na Portaria Nº 8, de 11 de fevereiro de 2014, que aprovou os procedimentos para adesão e as modalidades de gestão previstas no SINAPIR. Tais instrumentos asseguram prioridade no acesso a recursos públicos federais aos entes participantes do sistema.

A instituição e funcionamento de órgão executivo específico e de conselho voltado para a promoção da igualdade racial são requisitos básicos para adesão dos entes federados ao SINAPIR. Por isso, a SEPP/PR tem apoiado tanto a criação desses organismos, como o fortalecimento daqueles existentes.

Quadro 1 – Número de órgãos e de conselhos de promoção a igualdade racial

Vinculação	Órgãos	Conselhos
Estadual	27	18
Municipal (Capital)	139 (14)	71 (12)
Total	166	89

Fonte: Assessoria de Assuntos Federativos/SEPPIR. Dezembro 2014.

Na fase preparatória de implantação do SINAPIR, 2012 e 2013, foram celebrados 14 (quatorze) convênios com governos estaduais e municipais, de todas as regiões. Após a implantação, em 2014, foram aprovadas mais 16 (dezesesseis) propostas, totalizando 30 (trinta) projetos, no valor total de R\$ 6,48 milhões. Estes visam garantir estrutura de trabalho para os órgãos de promoção da igualdade racial, por meio da aquisição de bens e equipamentos, capacitação de servidores(as) públicos(as), fortalecimento ou formação de conselhos, fóruns estaduais de gestores municipais e de ouvidorias.

Como apoio à integração do trabalho nas três esferas de governo, a SEPPIR/PR lançou o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, que busca traduzir preceitos em sugestões de medidas efetivas, ações específicas e em providências obrigatórias, dando abertura para que os gestores criem novas formas de promover a igualdade racial.

▪ Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR)

O SINAPIR institui o FIPIR como instância formal de abrangência nacional para pactuação das políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial entre os entes federados e a União, possibilitando, inclusive, a formação de fóruns estaduais de gestores municipais dessas políticas.

▪ Rede Sinapir

Instrumento de gestão da informação sobre a população negra e as políticas de igualdade racial nos estados, que também permite o monitoramento, a avaliação e o controle social do Sistema.



SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

A implantação do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) consolida os esforços da SEPPIR/PR no aprimoramento da gestão de dados, oferecendo ao setor público e à sociedade um instrumento de transparência, que permite acompanhar as ações do governo e seus impactos sobre as condições de vida da população negra. Além disso, também vai disponibilizar dados sobre as desigualdades raciais como subsídio para diversas iniciativas. O Sistema está disponível a toda a sociedade no endereço eletrônico: www.monitoramento.seppir.gov.br.

Na sua versão atual, o Sistema já disponibiliza dois módulos para acesso público:

- **Plano Juventude Viva**, com ferramentas de visualização de mapas de homicídios de jovens na faixa de 15 a 29 anos, em cada um dos 142 municípios prioritários do Plano; de painéis de monitoramento com dimensões das vulnerabilidades e das oportunidades; e informações sobre a juventude negra por estado.
- **Programa Brasil Quilombola (PBQ)**, com painéis de visualização do progresso na execução de políticas destinadas às comunidades quilombolas, em 24 estados brasileiros, de acordo com os quatro eixos do PBQ: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; desenvolvimento local e inclusão produtiva; direitos e cidadania.

A montagem do SMPIR ensejou a qualificação dos dados cartográficos, das comunidades quilombolas, a partir dos insumos fornecidos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC). Isso também tornou possível a parceria entre a SEPPIR/PR e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a delimitação das comunidades quilombolas tituladas como setores censitários, a serem considerados a partir do Censo Demográfico de 2020.

As próximas etapas de implantação do Sistema de Monitoramento já estão sendo desenvolvidas: **Módulo das leis de cotas**, sobre processos, produtos e resultados das leis de cotas no ensino superior e técnico federal e nos concursos públicos federais; e **Módulo Rede-SINAPIR**, anteriormente mencionado.

O trabalho de gestão da informação é realizado por meio da cooperação internacional, em diferentes parcerias que envolvem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação Ford.





INCORPORAÇÃO DA PERSPECTIVA RACIAL NAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS




O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 representou um significativo avanço na incorporação da perspectiva racial nas políticas públicas. Isso se deveu ao fato deste ter sido o primeiro PPA elaborado sob a vigência do Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010), o qual prevê obrigações para as várias áreas da ação governamental.

Para dar visibilidade aos compromissos do Governo Federal relativos a segmentos populacionais específicos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) construiu nove Agendas Transversais - Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais; Povos Indígenas; Políticas para as Mulheres; Criança e Adolescente; Juventude; Pessoa Idosa; Pessoas com Deficiência; População em Situação de Rua; e População LGBT.

A agenda transversal da Igualdade Racial é composta por compromissos de governo, presentes em vários programas do PPA. Estes se realizam por meio de redes de serviço instaladas, da promoção de ações afirmativas, do enfrentamento ao racismo institucional e de políticas setoriais de caráter universal, sob a responsabilidade de diferentes ministérios e órgãos federais, em áreas como educação, saúde, trabalho, cultura, segurança, desenvolvimento social e desenvolvimento agrário.





No período 2011-2014, as políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção de igualdade racial foram além das executadas diretamente pela SEPPIR/PR, ou das previstas no programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, do atual PPA. As novas iniciativas do período ampliaram a atuação do ministério, ao mesmo tempo em que contribuíram para fortalecer outras, começadas em anos anteriores.



ADOÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2012, pela constitucionalidade das ações afirmativas baseadas em critérios étnico-raciais, constituiu-se num marco histórico no processo de superação dos efeitos do racismo na sociedade brasileira. Tal decisão reconheceu a luta das organizações do movimento negro e, mais especificamente, da juventude, pela efetivação do princípio constitucional da igualdade, abrindo espaço para a ampliação e o fortalecimento de ações concretas de promoção da justiça social baseadas em critérios étnico-raciais.

Ações Afirmativas são programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e promoção da igualdade de oportunidades. (Estatuto da Igualdade Racial, art.2º, VI)

EDUCAÇÃO

COTAS NAS UNIVERSIDADES E NOS INSTITUTOS TÉCNICOS FEDERAIS.

A Lei nº 12.711, de agosto de 2012, começou a ser implementada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano seguinte à sua aprovação. Com a universalização das cotas nas universidades e nos institutos técnicos federais, o Brasil passou a ser o país com a iniciativa mais abrangente de democratização do acesso ao ensino superior por meio de ação afirmativa, já que este instrumento vem sendo utilizado por universidades estaduais desde 2002.

Quadro 2 – Vagas ofertadas em Universidades e Institutos Federais

ANO	NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS		NOS INSTITUTOS FEDERAIS	
	Total	Cotas	TOTAL	COTAS
2013	221.650	70.849	44.507	20.448
2014	243.383	98.121	52.414	24.222
TOTAL	465.033	168.970	96.921	44.670

Fonte: Secretaria de Ensino Superior (Sesu/MEC). Novembro 2014.

- Entre 2013 e 2014, nas Universidades Federais, as vagas totais cresceram 10% e as vagas para cotistas cresceram 38%; já nos Institutos Federais, no mesmo período, tanto o total das vagas quanto as vagas para cotistas cresceram 18%.
- Em 2014, estima-se que:
 - 20% do total de vagas ofertadas pelas Universidades Federais (48.676) foram ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas; isso corresponde a 49,6% das vagas destinadas a cotas.
 - 23% do total de vagas ofertadas pelos Institutos Federais foram ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas (12.055), o que corresponde a 49,7% das vagas destinadas a cotas.

O MEC, a SEPP/PR e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) compõem o Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio. Este, em conjunto com a Comissão Consultiva da Sociedade Civil sobre a Política de Reserva de Vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior, realizou o 1º Simpósio de Avaliação da Lei das Cotas, nos dias 10 e 11/09/2014. Na ocasião, entre outros assuntos, definiu-se a necessidade de adequar a coleta de informações desagregadas por cor ou raça, para qualificar o monitoramento da meta de 50% das vagas para cotistas, prevista para ao ano de 2016.

Em 2014, 56% das 103 Universidades atingiram a meta da Lei das Cotas prevista para 2016; esse percentual se eleva para 77,5% no caso dos 354 Institutos Federais.

PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

Instituído pelo MEC como suporte à implementação da Lei de Cotas, o Programa destina auxílio financeiro ao estudante cotista em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando assegurar sua permanência no curso de graduação. O valor da bolsa é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para estudantes em geral e de R\$ 900,00 (novecentos reais) para alunos indígenas e quilombolas. Até novembro de 2014, foram distribuídas 12.450 bolsas, sendo destas 2.539 para indígenas e 642 para quilombolas, num investimento total de R\$ 70,63 milhões.¹

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO ABDIAS NASCIMENTO

Criado pelo MEC - Portaria nº 1.129, de 17 de novembro de 2013 -, o Programa é executado por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contempla estudantes negros, indígenas, com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, beneficiários de programas de ações afirmativas - Lei de Cotas, Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Visa oferecer experiências educacionais internacionais, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, formação de professores, combate ao racismo e promoção da igualdade racial. O primeiro edital, em andamento, no valor total de R\$ 2.800.000,00, vai financiar, em 2015, até 50 Projetos Conjuntos de Pesquisa entre Instituições Brasileiras e Estrangeiras, nas modalidades de graduação e de doutorado sanduíche.

MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL JUNTO A POVOS E TERRAS TRADICIONAIS (MESPT)

Curso oferecido pela Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. A SEPPIR/PR, em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), apoiou o curso na sua primeira edição, na modalidade Povos e Terras indígenas, concedendo bolsas para 14 estudantes indígenas de etnias diversas. A segunda edição, com edital aberto em 2014, é voltada para a sustentabilidade de povos e territórios tradicionais. Nesta, serão ofertadas 15 bolsas para candidatos autoidentificados como indígenas e quilombolas residentes no país.

¹ Fonte: CGRE/SESu/MEC.



PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Criado e executado pelo MEC desde 2005, oferece bolsas para estudantes de graduação que ingressarem em instituições de ensino superior particulares. Até 2014, o ProUni distribuiu mais de 2,2 milhões de bolsas integrais e parciais, sendo cerca de 50% destinadas a estudantes negros.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NAS AÇÕES AFIRMATIVAS (PIBIC-AF)

Iniciativa da SEPIR/PR realizada por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), desde 2009. Concede 800 bolsas anuais de iniciação científica para estudantes de graduação que ingressaram no ensino superior por meio de ações afirmativas. De 2009 a 2014 foram beneficiados 3.800 bolsistas, de 346 Instituições Públicas de Ensino Superior, num total de R\$ 18,24 milhões.

TRABALHO

RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS(AS) NEGROS(AS) EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

A Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, destina 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta. A efetivação desta lei constitui um dos principais avanços nas ações afirmativas, pois impacta diretamente na composição racial dos postos mais valorizados do setor público federal. A maior diversidade entre servidores públicos, por certo favorecerá maior diversidade nos enfoques das políticas públicas.

Esta medida se soma a outras de mesma natureza já adotadas, com percentuais variáveis, por cinco governos estaduais (Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia) e cerca de 50 municípios, inclusive quatro capitais: Vitória (ES), Salvador (BA), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ).

A partir da adoção pelo governo federal, outras instituições deram início ao debate que poderá estender as ações afirmativas para carreiras nos ministérios públicos, defensorias públicas e tribunais de justiça.



PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO

Bolsa Prêmio Vocação para a Diplomacia - criada pelo Instituto Rio Branco (IRBr/MRE) em 2002, esta é uma iniciativa pioneira no governo brasileiro, com o objetivo de promover a diversidade etnicorracial nos quadros do Itamaraty, que também conta com a participação da SEPPIR/PR. Por meio do CNPq, o programa oferece bolsas de estudo, com duração de nove meses, em apoio à preparação de candidatos(as) afrodescendentes ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). Dos 354 bolsistas beneficiados ao longo do programa, 20 foram aprovados no CACD, o que corresponde a 5,64% de aproveitamento. Esta taxa é considerada elevada em comparação aos percentuais de aprovação dos demais candidatos que, no mesmo período, não ultrapassou 1,6%.

Reserva de vagas – entre 2011 e 2014, o IRBr/MRE estabeleceu a aprovação de 10% a mais de candidatos na fase inicial do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), que corresponde ao chamado Teste de Pré-Seleção (TPS). Esses 10% destinam-se a candidatos autodeclarados pretos e pardos, que alcançaram pelo menos o índice mínimo de 40% de acertos na prova.

CULTURA

EDITAIS DE APOIO A PROJETOS DE CULTURA E DE ARTE NEGRA

Em linha com o objetivo de reverter representações da pessoa negra que sustentam ações de negação simbólica e diversas formas de violência, a SEPPIR/PR promoveu e estimulou em outros órgãos federais a valorização de iniciativas culturais e artísticas de coletivos negros e de comunidades tradicionais, até então com acesso reduzido aos recursos públicos para a cultura.

Desse esforço resultaram 13 editais específicos, a maioria criada no período 2011-2014, possibilitando novas abordagens ao tema, com especial destaque para o Ministério da Cultura (MinC) e seus órgãos vinculados. Os editais contemplaram 558 projetos, num investimento total aproximado de R\$ 38,2 milhões. Como esperado, estas iniciativas produziram efeitos nas empresas públicas, agentes importantes no patrocínio cultural. Destacam-se os Correios, que definiram cota de 10% dos recursos de patrocínio para projetos de cultura e arte negra, o Programa Petrobras Cultural e o Edital de Seleção de Projetos Culturais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que passaram a incluir especialistas nesses temas nas respectivas comissões de seleção.

Quadro 3 – Editais de apoio a projetos de cultura e de arte negra

	Órgão responsável	Editais	Projetos Aprovados	Recursos Investidos em R\$
2011	SEPP/PR	Artes Negras em variadas linguagens	05	993.878
2012/2013	MinC SEPP/PR	Pontos de Leitura de Cultura Negra – Biblioteca Nacional (1)	01	3.200.000
		Apoio a Pesquisadores Negros – Biblioteca Nacional	23	195.600
		Apoio à coedição de livros de autores negros - Biblioteca Nacional	25	500.000
		Prêmio Funarte de Arte Negra	33	4.400.000
		Curta Afirmativo – Protagonismo da juventude negra na produção audiovisual	30	2.806.711
	FCP/MinC SNJ/SG SPAA/SEPP/PR	Núcleo de Formação de Agentes de Cultura - Juventude Negra (NUFAC)	17	8.000.000
2013	FCP/Min	Idéias Criativas – Dia Nacional da Consciência Negra (3ª edição)	58	1.500.000
		Imagens da Memória – produção de documentários	12	1.300.000
2014	FCP/MinC Petrobras CADON	Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afrobrasileiras (3ª. Edição)	25	2.000.000
	FCP/MinC SCDC/ MinC	Prêmio de Culturas Afrobrasileiras – comunidades quilombolas e de matriz africana, coletivos negros	80	3.300.000
	Funarte	Bolsa de Fomento a Artistas e Produtores Negros	45	4.000.000
		Premio Cultura Hip Hop (2)	170	3.000.000
	SAV/MinC	Curta Afirmativo – Protagonismo da juventude negra na produção audiovisual – 2ª. edição	34	3.000.000
Total			558	38.196.189

Fonte: FCP/MinC; SPAA/ SEPP/PR.

(1) Foi aprovado 01 (um) projeto para a instalação de 27 pontos de leitura.

(2) Projetos aprovados e recursos investidos correspondem a duas edições do edital: 2012 e 2014.





FORTALECIMENTO DE AÇÕES PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é um marco importante do reconhecimento do governo brasileiro dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos povos e comunidades tradicionais, com respeito e valorização da sua identidade. A Política é conduzida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cabendo à SEPP/PR, por meio de sua Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt), coordenar ações relativas às comunidades quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e aos povos ciganos.

Nos últimos quatro anos, registraram-se avanços expressivos nas iniciativas de universalizar o acesso às políticas públicas, com respeito às diferenças culturais. Para tanto, a SEPP/PR consolidou e institucionalizou estratégias e instrumentos para a garantia dos direitos destes três segmentos, envidando esforços para a construção de diagnósticos socioeconômicos e de ferramentas de monitoramento (www.monitoramento.seppir.gov.br) para orientar as ações.

A descentralização de responsabilidades entre os entes federados inclui os Seminários Integrados do PBQ, com representantes de órgãos públicos e da sociedade civil. Como resultado, foram desenvolvidos sete planos de trabalho estaduais, que são a base para acordos de cooperação firmados com Alagoas, Amapá, Bahia, Maranhão, Paraíba, Paraná e Rio de Janeiro. Além disso, as Oficinas de Trabalho Intermunicipais sobre Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais permitem construir metas e pactuar ações em atendimento às comunidades quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e povos ciganos, no âmbito do SINAPIR.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA (PBQ)

O PBQ foi o primeiro programa estruturado pela SEPP/PR, em março de 2004, com o objetivo de melhorar as condições de vida nas comunidades quilombolas, assegurando seu acesso a programas e serviços públicos. Sua execução envolve onze ministérios, que compõem o Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola, e a parceria com estados, municípios e entidades representativas dos quilombolas.

ACESSO À TERRA

Entre 2011 e 2014, houve avanços significativos nos processos de regularização fundiária quilombola. A FCP/MinC emitiu 884 novas certificações que, somadas às existentes, totalizam 2.432 comunidades quilombolas certificadas no Brasil.

Quadro 4 – Situação fundiária das comunidades quilombolas

SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES	ATÉ 2010	2011-2014	TOTAL
Certificadas	1548	884	2432
Processos de titulação abertos no INCRA ⁽¹⁾	-	-	1386
RTID concluído ⁽²⁾	124	50	174
Portaria de reconhecimento do território ⁽³⁾	58	33	91
Decreto de desapropriação por interesse social ⁽⁴⁾	41	22	63
Tituladas ⁽⁵⁾	190	42	232

Fonte: INCRA/MDA; FCP/MinC; Secomt/SEPPPIR. Dados até 15 de dezembro de 2014.

- (1) Comunidades certificadas que solicitaram ao INCRA a titulação de suas terras.
- (2) RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.
- (3) Portaria emitida pelo Presidente do INCRA reconhecendo e declarando os limites do território quilombola. Significa que não há contestação sobre o território, por parte de particulares ou de órgãos governamentais, ou que estas já foram superadas judicialmente.
- (4) Decreto editado pela Presidenta da República no caso de comunidades em terras de domínio particular. A partir do decreto, as propriedades particulares situadas em território quilombola devem ser avaliadas pelo INCRA, para fins de desapropriação e indenização dos proprietários.
- (5) Emissão do título, em nome da associação quilombola, é a última etapa da regularização fundiária. No período 2011-214, foram emitidos pelo INCRA e por institutos estaduais de terra: ITERJ, ITERMA, ITERPA e CDA-BA.

- A aprovação da Lei N.º 13.043, de 13 de novembro de 2014, que isenta as terras quilombolas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), foi uma importante conquista das comunidades, até então sujeitas a cobranças milionárias sobre os territórios titulados. A norma também estabelece que as dívidas acumuladas e registradas como dívida ativa serão perdoadas.

Monitoramento da regularização fundiária dos territórios quilombolas - destaca-se como iniciativa mais importante a criação, em 20 de agosto de 2013, da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, instituída pela Portaria N.º 397/2014 do INCRA. A Mesa tem a participação da SEPP/PR, da FCP/MinC, da Secretaria Geral da Presidência da República, da SPU/MPOG, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de representantes da sociedade civil. As reuniões bimestrais têm contribuído para agilizar os processos de regularização, levando em conta a complexidade dos casos.

O maior diálogo entre governo e sociedade civil resultou em soluções para cinco comunidades em situação de conflito deflagrada há anos: Picadinha, Mato Grosso do Sul, acordo com pequenos agricultores; Sacopã, zona urbana do Rio de Janeiro, acordo com parque municipal; Macambira, Rio Grande do Norte acordo com usina eólica e proprietários; Invernada Paiol de Telha, Paraná, devolução do território aos quilombolas, acordo com cooperativa de produtores; Marambaia, Rio de Janeiro, situada numa base da Marinha do Brasil, Termo de Ajuste de Conduta em que as partes se comprometeram a ceder parcela da área em disputa.

O sucesso da Mesa Nacional motivou sua replicação em 21 (vinte e uma) Superintendências Regionais do INCRA.

Acompanhamento de conflitos fundiários e sobreposições - está em curso uma pesquisa sobre áreas quilombolas em conflito, que compreende o levantamento e análise qualitativa de documentos e informações administrativas e judiciais, entrevistas junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, entidades não governamentais e outros agentes envolvidos. A SEPP/PR também participa da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), na busca de soluções para a sobreposição geográfica entre territórios quilombolas e áreas de conservação ambiental.

Avanço notável na superação de situações de conflito foi a Portaria Interministerial N.º 210, de 13 de julho de 2014, do MDA e o do MPOG. A portaria simplifica e otimiza a destinação de terras públicas para comunidades quilombolas, permitindo a titulação, pela SPU/MPOG e pelo INCRA, de áreas parcial ou integralmente da União.

INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

Eixo que trata dos mecanismos de acesso das comunidades quilombolas aos serviços de infraestrutura social, com atendimento pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), Programa Água para Todos (ApT), Programa Luz para Todos (LpT), Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e a construção de Vias de Acesso (estradas, pontes e passarelas). As ações são planejadas pela Câmara Técnica de Infraestrutura, do Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola, da qual participam Caixa Econômica Federal, INCRA, Funasa, Ministério das Cidades (MCidades), Banco do Brasil (BB), Ministério de Integração (MI), MDS e Ministério das Minas e Energia (MME).

- De 2004 ao início de 2014, o Programa Luz para Todos realizou 29.297 ligações, com investimentos da ordem de 235,3 milhões, beneficiando 117 mil quilombolas.
- No Programa Minha Casa Minha Vida, as 11.466 unidades habitacionais contratadas superaram a meta do PPA de 10 mil UHs para quilombolas.

Quadro 5 – Minha Casa Minha em comunidades quilombolas

Ano	Número de unidades contratadas	Valor Contratado R\$
2012	551	14.601.700,00
2013	5.062	149.648.944,88
2014 ⁽¹⁾	4.808	139.817.657,24
2014 ⁽²⁾	1.045	30.388.600,00
Total Geral	11.466	334.456.902,12

Fonte: CAIXA – GNHR.

(1) Contratações até outubro/2014.

(2) A contratar até dezembro/2014.



- De 2010 a maio de 2014, as ações do Programa Água para Todos, executadas pelo MDS, beneficiaram 7.167 domicílios do semiárido brasileiro com cisternas de água para consumo humano; também foram construídas 1.236 cisternas de água para produção, totalizando 8.403 cisternas entregues.
- As ações de saneamento básico - perfuração de poços, sistemas de abastecimento de água (SAA) e melhorias sanitárias domiciliares (MSD) – beneficiaram 173 comunidades, de 2011 a 2014. Isso representa 46% da meta a ser cumprida até o próximo ano, que em muito dependerá da capacidade dos municípios utilizarem recursos da Funasa para a contratação de projetos técnicos.

Quadro 6 – Obras de Saneamento em comunidades quilombolas

Ano	Recurso Contratado	Municípios atendidos	Comunidades atendidas
2011	R\$ 3.138.231,88	07	11
2012	R\$ 26.253.465,11	54	123
2013	R\$ 17.709.138,48	24	37
2014	R\$ 1.119.985,63	02	02
TOTAL	R\$ 47.100.835,47	-	173

Fonte: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

- Em 2012, a SEPP/PR viabilizou obras de acessibilidade e mobilidade, por meio de parceria com o INCRA, em três comunidades quilombolas – nos municípios de Candiota (RS), Barra do Turvo (SP) e Eldorado (SP). O investimento total foi de 2,7 milhões.

INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este eixo engloba um conjunto de ações de apoio à autonomia econômica das comunidades quilombolas, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território.

- Para favorecer a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica das comunidades, o MDA, em parceria com a SEPP/PR, requalificou o Selo Quilombos do Brasil², que hoje tem sua expedição associada ao Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF). O Selo abre novas possibilidades para a comercialização da

² Portaria Interministerial Nº 5, de 21 de novembro de 2012,

produção quilombola em feiras, compras públicas e redes de mercados. O Manual de Orientação de Uso do Selo Quilombos do Brasil está disponível em <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>.

- Em 2014, o número de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs) emitidas para produtores quilombolas chegou a 48.200. A DAP identifica agricultores (as) familiares, e suas formas associativas como pessoa jurídica, possibilitando o acesso ao PRONAF, à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Minha Casa Minha Vida, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros.
- De 2011 a 2014:
 - 8.645 famílias, de 160 comunidades, beneficiadas por projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 08 estados. Os recursos investidos pelo MDA nesta ação foram da ordem de R\$ 18,9 milhões.
 - 3.486 produtores quilombolas comercializaram sua produção no Programa de Aquisição de Alimentos, do MDS, recebendo um montante de 14,6 milhões.

DIREITOS E CIDADANIA

Educação – além da inclusão diferenciada de estudantes de graduação quilombolas no Programa Bolsa Permanência, a ampliação e a melhoria da educação básica são conquistas importantes das comunidades no período 2011-2014. Neste contexto, destaca-se a aprovação, em 2012, das *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola*. Isso se deu após um amplo processo de discussão, com a participação do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt/SEPPIR/PR), pesquisadores, professores e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

- Em 2013, 28 instituições de ensino superior, de quinze estados, ofereceram cursos de Especialização e Aperfeiçoamento para professores em Educação para as Relações Étnico-Raciais ou Educação Quilombola.
- Por meio de adesão dos entes federados ao Plano de Ações Articuladas (PAR) do MEC, foram ofertados cursos de capacitação para gestores escolares, professores e profissionais da educação para a implementação das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola. A SECADI/MEC realizou três Seminários Nacionais sobre Educação Escolar Quilombola.



- As escolas quilombolas foram protegidas pela Lei Nº. 12.960, de 27 de março de 2014, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) exigindo a manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas quilombolas, indígenas e rurais.

Quadro 7 – Escolas quilombolas ativas(*)

Ano	Escolas quilombolas	Nº de matrículas
2010	1.912	210.485
2011	1.992	214.502
2012	1.997	212.987
2013	2.235	227.430

Fonte: Censo Escolar, INEP/MEC.

(*) Dados do Censo Escolar 2014 ainda não disponibilizados.

Quadro 8 – Escolas quilombolas atendidas pelo PNAE

Ano	Escolas atendidas	Estudantes atendidos	Recursos investidos em R\$
2011	1.879	207.079	24.599.616
2012	1.945	208.737	25.158.900
2013	1.950	201.371	23.642.094
2014	2.219	225.101	28.283.245

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC)

- Desde 2013, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estipula percentuais de nutrição diferenciados para alimentação escolar quilombola, de modo a atender as especificidades culturais locais.

Saúde - em 2014, o Ministério da Saúde (MS) registrou 1.548 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) para o atendimento de comunidades quilombolas distribuídas em 689 municípios. Em relação a 2010, o número de equipes que atendem quilombos cresceu 2,4 vezes; também aumentou a quantidade de profissionais do Programa Mais Médicos nessas equipes – um total de 541 médicos.³

3 Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES/MS).



Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – entre 2011 e 2014, a busca ativa realizada pelo MDS resultou no acréscimo de 55% no número de famílias quilombolas no CadÚnico e no crescimento de 49% de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Atualmente, das mais de 124 mil famílias cadastradas, 96 mil são beneficiárias do PBF.

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - em 2012, o governo brasileiro constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de regulamentar a Convenção 169 da OIT, no que se refere ao direito dos povos e comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada em casos de adoção de medidas que possam afetar diretamente os seus interesses. O GTI, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), é composto por 24 órgãos, entre os quais a SEPPIR/PR, o MDA, o MMA e o MinC.

O GTI promoveu mais de 20 audiências públicas com a participação dos povos interessados. A proposta de regulamentação resultante deste processo reflete o acúmulo de quase três anos de debates e indica a consulta prévia em casos de projetos de infraestrutura, atos normativos, políticas nacionais e a criação de Unidades de Conservação.

Fortalecimento Institucional - realização, pela SEPPIR/PR, de duas chamadas públicas para apoio a projetos em comunidades quilombolas. Foram investidos R\$ 2,68 milhões, em 13 iniciativas nos estados: AP, BA, ES, MA, MG, MS, PA, PI, RJ, SE e SP.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Este Plano constitui o primeiro esforço coordenado do governo federal para responder à mobilização de lideranças por reconhecimento e respeito a segmentos conhecidos no país por diferentes denominações - Povo de Santo, Povo de Axé, Povo de Terreiro, Comunidade de Terreiro, Povos de Matriz Africana, entre outras. São coletivos que se organizam a partir de valores civilizatórios e da cosmovisão africana transladada para o Brasil ainda no período escravista. Assim, constituíram territórios nos quais as práticas da vida comunitária, a relação com o sagrado e com a natureza, o acolhimento e a prestação de serviços à população do seu entorno são as principais marcas.

Para efeitos do trabalho desenvolvido no governo, estes territórios são denominados de comunidades tradicionais de matriz africana, visando englobar, num mesmo conceito, as diversas dimensões históricas e culturais que caracterizam a sua existência no país.



Os processos de construção e de execução do Plano envolveram vários momentos de diálogo entre a sociedade civil e os poderes públicos, levando sempre em conta o contraditório decorrente da diversidade nas formas de organização das tradições africanas no Brasil. Desde 2011, foram realizados 15 encontros pela SEPP/PR e outras 35 atividades organizadas pela sociedade civil e/ou por órgãos públicos no DF e nos estados do AC, AL, BA, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, RS e SP.

O Plano, lançado em 2013 pela SEPP/PR, reconhece as comunidades tradicionais de matriz africana como sujeitos de direito ao desenvolvimento e à participação no debate sobre políticas públicas. Para isso, foi firmado um projeto de cooperação entre a SEPP/PR e o PNUD - Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades negras tradicionais, com previsão de execução até o ano de 2016, que prevê um conjunto de ações em apoio à atuação de 12 ministérios e órgãos federais nos seguintes eixos:

- (i) Garantia de direitos;
- (ii) Territorialidade e cultura;
- (iii) Inclusão social e desenvolvimento sustentável.

GARANTIA DE DIREITOS

- Realização, pela SEPP/PR, de duas chamadas públicas para apoio a projetos de fortalecimento institucional em comunidades de matriz africana. Foram investidos R\$ 1,46 milhão, em 12 iniciativas nos estados: ES, MA, MG, PE, PR, RJ, RS e SE.
- Constituição do Comitê de Combate à Intolerância Religiosa, com 20 integrantes - 15 da sociedade civil, de diferentes denominações religiosas, e cinco do governo, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).
- Apoio da SEPP/PR à ampliação da participação de representantes das comunidades de matriz africana nos conselhos de políticas públicas, para além do CNPIR, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

TERRITORIALIDADE E CULTURA

- Elaboração de Guia Metodológico para o mapeamento socioeconômico e cultural de comunidades tradicionais de matriz africana. O cruzamento das informações dos mapeamentos com o banco de dados da Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG)

tem contribuído para qualificar os processos de regularização dos territórios tradicionais. Mapeamentos estão em andamento no município de Rio Branco (AC) e em 11 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

- Criação de um Grupo de trabalho no IPHAN/MinC para estabelecer critérios de reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana.
- Apoio a projetos culturais:
 - Implantação de dez Pontos de Leitura da Ancestralidade Africana, visando a valorização e a difusão do conhecimento tradicional, resultado da parceria entre a SEPP/PR em a Biblioteca Nacional. Os pontos foram instalados em comunidades dos estados de AP, GO, MG, PA, PB, PI, PR, RJ, RS e SP.
 - Prêmio Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, IPHAN e SEPP/PR. Contemplou 31 projetos, no valor total de R\$ 1 milhão.
 - Prêmio Culturas Afro-brasileiras, FCP e SCDC/MinC, em fase de seleção de projetos, com valor total de 3,3 milhões de reais.

INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Ação Emergencial de Distribuição de Alimentos para cerca de 14.000 famílias, em continuidade à parceria entre SEPP/PR, MDS e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), iniciada em 2005. Esta ação foi requalificada, em 2012, com a criação, em cada estado, de um Comitê Gestor, composto por lideranças tradicionais de matriz africana, que definem os critérios e monitoram a distribuição das cestas de alimentos pela CONAB.
- Desenvolvimento de projetos de agroecologia para integrar saberes, gerando segurança alimentar para as comunidades. A primeira experiência está sendo realizada por comunidades do Distrito Federal, com o apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).
- Ações de difusão e valorização dos saberes tradicionais voltadas a agentes do SUS, com realização de projeto de pesquisa e documentação, produção de vídeo, revista, curso a distancia, seminário internacional sobre o tema e capacitações nos estados do BA, CE, DF, RS e SE.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável tem estimulado a elaboração de planos estaduais e municipais, debatidos com a participação da SEPP/PR em São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão e no Acre.



POVOS CIGANOS

Estima-se que a população cigana no país seja em torno de meio milhão de pessoas, pertencentes a pelo menos três etnias - Calon, Rom e Sinti, com diversos subgrupos, presentes em 21 estados, grande parte vivenciando situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural.

A criação do Dia Nacional do Cigano, por decreto presidencial de 2006, é um marco importante nas relações entre o Estado brasileiro e os povos ciganos e entre estes e a sociedade. O dia 24 de maio reconhece a importância dessa população na formação histórica e cultural do Brasil e tem contribuído para ampliar a mobilização de comunidades ciganas pela valorização cultural, combate ao preconceito e à discriminação e sua inclusão na agenda de políticas públicas.

DIÁLOGOS PARA A CONSTRUÇÃO DA AGENDA

A inclusão dos povos ciganos nos programas de governo teve um novo ponto de inflexão em 2012, com a realização, no Rio de Janeiro, da Plenária Políticas Públicas e Povos de Cultura Cigana. Coordenada pela SEPPIR, em parceria com outros órgãos federais, teve a participação de 34 lideranças ciganas de quatro regiões – nordeste, centro-oeste, sudeste e sul - dos subgrupos étnicos Machwaia, Rorarranê, Kalderash e Sibiaia, de pesquisadores e representantes de outros movimentos sociais.

A Plenária gerou um quadro de demandas por temas e por região,⁴ contribuindo para definir as prioridades do governo federal – Ministérios da Cultura (SCDC e IPHAN), Saúde, Educação, Meio Ambiente, Cidades, Comunicações, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Planejamento, Orçamento e Gestão e as Secretarias de Políticas para Mulheres, de Direitos Humanos e Secretaria Geral da Presidência da República.

No ano seguinte, o Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, realizado nos dias 20 a 24 de maio, em Brasília, reuniu cerca de 300 pessoas de diferentes etnias e subgrupos, do Distrito Federal mais 19 Estados. Este evento também sediou dois importantes fóruns de participação social: a Conferência Livre de Cultura, preparatória para a Conferência Nacional de Política Cultural, e a Plenária Nacional dos Povos Ciganos, preparatória para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Durante o Brasil Cigano, foi lançado o Guia de Políticas Públicas para Ciganos,⁵ elaborado sob a coordenação da SEPPIR/PR. O Guia visa subsidiar tanto os gestores públicos, para responder às principais demandas através das políticas federais existentes, como as lideranças ciganas, para saber como acessar seus direitos e exercer o controle social.

4 Relatório disponível no endereço <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/povos-de-cultura-cigana>

5 Guia disponível no endereço <http://www.seppir.gov.br/arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos>

Em 2014, a celebração do Dia Nacional do Cigano ocorreu em Natal (RN), durante a Teia da Diversidade, organizada pela Secretaria Nacional de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC/MinC) quando, entre outras atividades, foi feita uma devolutiva do governo federal sobre as políticas em curso.

ACESSO DIFERENCIADO A POLÍTICAS PÚBLICAS

- Grupo de Trabalho em Educação Cigana, instituído pela Portaria no. 10/2014, do MEC. Formado por 07 (sete) lideranças ciganas e representantes da SEPPIR/PR, MEC e SDH/PR, o Grupo objetiva: elaborar subsídios para o combate à discriminação dos ciganos no ambiente escolar; traçar estratégias para a reversão do analfabetismo nesta população; garantir sua permanência na escola e o cumprimento da Resolução N° 03/2012, que garante a matrícula de estudantes em situação de itinerância, nos sistemas de ensino público e privado, sem a imposição de qualquer forma de embaraço ou preconceito.
- Campanha do Ministério da Saúde, com colaboração da SEPPIR/PR, com a distribuição de peças em postos do SUS, pela valorização da cultura cigana e a humanização do atendimento. Esta ação efetiva a Portaria no. 940, de 28 de Abril de 2011, que, entre outras disposições, garante a não-obrigatoriedade da informação do endereço permanente no caso dos ciganos nômades.
- Articulação entre a SEPPIR/PR e a SPU/MPOG, visando a regularização fundiária de acampamentos ciganos em terras da União, por meio da cessão do direito real de uso. Existem três casos em andamento: um em Belo Horizonte, (MG) e dois no Distrito Federal.
- Projeto Inclusão social e fortalecimento cultural do Povo Cigano de Sousa (Paraíba) – prevê ações de fortalecimento institucional e das manifestações culturais, combate ao preconceito e à discriminação, geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das 262 famílias ciganas do município, divididas em três ranchos. O Projeto também deverá apoiar o Centro Calon de Desenvolvimento Integral. A ser implementado pela Prefeitura de Sousa, em convênio com a SEPPIR/PR.
- Ampliação do número de famílias ciganas no CadÚnico, por meio da busca ativa coordenada pelo MDS. Com colaboração da SEPPIR/PR, foram realizadas oficinas específicas para gestores municipais do CadÚnico em 11 estados. Até setembro de 2014, foram cadastradas cerca de três mil famílias ciganas, 75% das quais beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).
- Prêmio Culturas Ciganas, promovido pela SCDC/MinC – a 3ª. Edição, em 2014, foi realizada em parceria com a SEPPIR/PR. Teve como objetivos promover e fortalecer as expressões culturais e a identidade dos povos ciganos, identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades culturais protagonizadas por pessoas, ci-

ganas. Foram contemplados 60 projetos no valor total de R\$ 857, 14 mil. Destes, 15 são de pessoas físicas ciganas; 35 de grupos sem constituição jurídica e 10 de instituições privadas sem fins lucrativos, reconhecidas por sua contribuição à cultura cigana.

O trabalho desenvolvido com os povos ciganos, em muito se beneficiou do aprendizado propiciado pela Missão de Intercâmbio, em outubro de 2013, para conhecer a experiência do Governo Espanhol junto à população cigana daquele país. A Missão foi realizada no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre a SEPP/PR e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), com apoio do Instituto de Fortalecimento de Capacidades Institucionais (IFCI).⁶

PROMOÇÃO DE DIREITOS DA JUVENTUDE NEGRA

PLANO JUVENTUDE VIVA

Constitui a principal iniciativa do governo federal em relação ao aumento das taxas de homicídio entre jovens negros, de 15 a 29 anos. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e da SEPP/PR, por meio, respectivamente, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e da Secretaria de Políticas de Ação Afirmativa (SPAA), o Plano articula onze ministérios, que formam o Comitê Gestor, governos estaduais e municipais, visando reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir de quatro eixos:

- (i) Desconstrução da Cultura de Violência,
- (ii) Inclusão, Oportunidades e Garantia de Direitos,
- (iii) Transformação de Territórios e
- (iv) Aperfeiçoamento Institucional.

O Plano prevê **142 municípios prioritários**, onde ocorrem em torno de 70% das mortes de jovens negros. Teve início em setembro de 2012, no estado de Alagoas, recebendo

⁶ O Relatório da Missão de Intercâmbio disponível no endereço www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/relatorio-da-2a-missao-tecnica-a-espanha

posteriormente as adesões da Paraíba, Distrito Federal e Entorno, cidade de São Paulo e Bahia (2013), Espírito Santo e Rio Grande do Sul (2014). Nesses estados, o trabalho envolve diretamente 52 municípios.

Quadro 9 – Principais ações implementadas nos territórios do PJV

Eixo 1 – Desconstrução da Cultura de Violência	
Campanha contra banalização da violência contra juventude (SNJ)	Duas edições (2012 e 2013) a um custo total de R\$ 5 milhões. Veiculadas nacionalmente em meios de comunicação tradicionais, mobiliário urbano e transporte público.
Apoio a projetos de comunicação comunitária (SEPP/PR)	Foram selecionados 02 projetos, em execução na cidade de São Paulo: programa de Radio Web Juventude Viva e Jornal ComuniCapão: Interligando as culturas do Capão Redondo.
Eixo 2 – Inclusão, Oportunidades e Garantia de Direitos	
Programas Mais Educação, Projovem Urbano e Pronatec. (MEC)	Em 2013, dos 142 municípios prioritários do Plano, 107 implementaram o Projovem Urbano. Bahia, Pará e Paraíba estenderam este programa a Unidades do Sistema Prisional, como parte da estratégia do PJV.
Apoio a projetos de prevenção em saúde através do Edital Vivajovem.com (MS)	Foram aprovados projetos dos municípios de Maceió e Arapiraca (AL)
Programa Saúde na Escola (MS)	Em execução em 140 municípios prioritários.
Eixo 3 – Transformação dos Territórios	
Estação Juventude (SNJ)	40 unidades do Estação Juventude em implementação, em municípios prioritários do PJV.
Núcleo de Formação de Agentes Culturais Negros – NUFACS – Fundação Cultural Palmares /MinC	Edital priorizou os estados que aderiram ao PJV. Dos 17 projetos aprovados, 13 são em municípios PJV.
Eixo 4 – Aperfeiçoamento Institucional	
Capacitação de gestores e servidores locais	
Oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional. (SEPP/PR)	43 oficinas para 850 servidores dos governos do Distrito Federal e dos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba e Espírito Santo.

Parcerias Estratégicas	
Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência	Estabelecido entre o MJ, SEPPIR, SG/PR, CNJ, CNMP, CONDEG e CFOAB. Plano de Ação referendado em audiência pública com a presença de 80 representantes de instituições e organizações da sociedade civil. Destaque para pactuação com o Ministério Público para o aprimoramento das ações de controle externo da atividade policial.
Incidência pela aprovação de marco legislativo para controle da violência e da letalidade policial	Ação conjunta da SAL/MJ, SDH/PR, SNJ/SG e SEPPIR/PR, com a participação do CNPIR e do CONJUVE. Mobilizações pela aprovação do PL 4471/2012, já aprovado nas Comissões de Segurança Pública e de Constituição Justiça.
Gestão e acompanhamento do Plano	
Comitê Gestor federal	11 ministérios participantes e integrados na estratégia do Plano.
Comitê Gestor estadual	Em funcionamento em 5 estados -AL, BA, DF, ES, PB
Rede Juventude Viva	3 mil cadastros de organizações de todo país que acompanham o desenvolvimento do Plano
Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos do Plano Juventude Viva (FOMPI)	Primeira reunião realizada em março/2014. Total de 105 participantes, das cinco regiões do país e dos estados que aderiram ao PJV.
Articuladores do PJV (SNJ/Fiocruz)	Atuação de 12 jovens articuladores(as) do PJV em 7 estados - AL, BA, DF, ES, PB, RS, SP - até novembro/2014.
Ferramentas de monitoramento	
Módulo do PJV no Sistema de Monitoramento da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR)	Mapa de dados sobre mortes de jovens nos 142 municípios prioritários e informações por estado sobre vulnerabilidades e oportunidades.
Boletim Municipal de Vulnerabilidade Social e Juventude Negra. (MDS e SEPPIR/PR)	Com informações sobre os 142 municípios prioritários
Acompanhamento da execução das ações. (SNJ)	Questionário eletrônico, em implementação, para coleta de dados sobre execução do PJV pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

Fonte: SPAA/SEPPIR/PR

O Plano Juventude Viva conferiu visibilidade, dentro e fora dos governos, à alarmante violência contra jovens negros. A partir de 2015, será ampliado aos demais municípios prioritários, dando centralidade ao direito à vida dos jovens negros nas políticas públicas e aumentando investimentos sociais de médio e longo prazo que estimulem trajetórias saudáveis neste segmento populacional.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL. VALORIZAÇÃO DA PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

CAMPANHA IGUALDADE RACIAL É PRA VALER

O ano de 2011 foi proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, com o objetivo de fortalecer ações nacionais e a cooperação internacional e regional para assegurar às pessoas de ascendência africana plenos direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos.

Nesta ocasião, a SEPP/PR lançou a campanha Igualdade Racial é pra Valer, para ampliar o número de atores e de ações pela igualdade racial, a partir do estímulo a parcerias nas esferas pública e privada, que geraram um conjunto de ações desenvolvidas no período 2011-2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT)

- Produção e distribuição de selo personalizado e carimbo comemorativo dos heróis da Revolta dos Búzios (2011); selo comemorativo aos 30 anos dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), selo da série "América - Luta contra a Discriminação Racial" e Carimbo Comemorativo ao Dia Nacional da Consciência Negra, que pereniza a logomarca da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2013).



- Institucionalização do Fórum dos Direitos Humanos e da Igualdade de Gênero e Raça dos Correios, com o objetivo promover reflexões e debates para o público interno da empresa sobre temas de relevância acerca de diversidade e da igualdade. O Fórum já teve três edições, a última trabalhou o tema Negros e Negras nos Correios – Conquistas e Desafios.
- Realização da exposição Orisun Asa, em 2013, sobre a presença negra nos selos brasileiros, destacando as diferentes representações utilizadas pela filatelia brasileira ao longo de um século e meio.
- Destinação, pelo Sistema Aberto de Seleção de Patrocínios, de R\$ 35 milhões a projetos culturais executados entre julho de 2014 e dezembro de 2015. Desse recurso, foram reservados 10% para a seleção de projetos de proponentes autodeclarados negros.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Além da divulgação da campanha nos terminais de auto-atendimento, a Caixa firmou acordo com a SEPP/PR para impulsionar o Programa Minha Casa Minha Vida em comunidades quilombolas, sendo que a meta de contratação de 10 mil casas até 2015, já foi superada em 2014 (ver Quadro 5). Como parte da Câmara Técnica de Infraestrutura, do Comitê Gestor do PBQ, promoverá a capacitação técnica das associações de povos ciganos, de comunidades quilombolas e de matriz africana para a elaboração e gestão de seus projetos habitacionais.

PETROBRAS

- Inclusão da população negra como um dos grupos prioritários do Programa Petrobras Socioambiental. Assim, a promoção da diversidade racial passou a ser considerada nas ações de responsabilidade social.
- Incorporação de especialistas na temática racial à comissão de seleção de projetos do Programa Petrobras Socioambiental, e de especialistas em cultura e arte negra à do Programa Petrobras Cultural. O objetivo é possibilitar a diversificação de critérios na avaliação dos projetos.
- Apoio à III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR), realizada em novembro de 2013.

BR DISTRIBUIDORA

- Realização, pela SEPPIR/PR, de palestra de sensibilização com diretores; 08 oficinas com gestores, funcionários e estagiários; 03 oficinas com monitores do Programa Capacidade Máxima; 03 encontros de capacitação para instrutores das Unidades Móveis de Treinamento (UMTs).
- Assessoria na elaboração de cartilha, boletim e vídeo sobre igualdade racial, material utilizado na capacitação dos instrutores das UMTs e no treinamento de cerca de 30 mil frentistas de postos BR em todo o país.
- Adoção de cotas na seleção ao Programa de Estágio - 50% para candidatos pretos e pardos. Com isso, vem crescendo o número de jovens negros em estágio, resultado que também atendeu aos objetivos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

SENADO FEDERAL

- Curso de Introdução ao Orçamento Público para o FIPIR, realizado em 2012, com duração de 40 horas, por meio da plataforma de ensino à distancia do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Participaram 180 gestores, a maioria de órgãos de promoção da igualdade racial. .
- Pesquisa de opinião pública nacional, pelo Data-Senado, com o tema Violência contra a Juventude Negra no Brasil, definida em parceria com a SEPPIR/PR e publicada com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), em 2013.
- Publicações
 - Livro Abolição no Parlamento, 1823/1888 – 65 anos de lutas, que resgata, através de documentação histórica, os embates ocorridos na Câmara e no Senado até a assinatura da Lei Áurea, em 1888.
 - Versões impressa e digital das edições da Revista Thoth – Escriba dos Deuses, produzida, de 1997 a 1998, pelo gabinete do então senador e ícone da luta contra o racismo no Brasil, Abdias Nascimento. São seis volumes, com debates, projetos de lei, pronunciamentos, depoimentos e artigos, doados a organizações não-governamentais e bibliotecas, em 2013.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (CFOAB)

Recomendação pelo CFOAB para criação de comissões de promoção da igualdade racial nas seccionais da Ordem.

- Trabalho colaborativo entre a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial e as Comissões de Direitos Humanos e de Igualdade Racial nas seccionais da OAB, para a prestação de informações e de assistência jurídica às vítimas de racismo.
- Elaboração conjunta de chamada pública de artigos de profissionais do direito, para a publicação de revista sobre o tema “Combate ao Racismo e a Tutela Penal Racial”, a ser lançada em 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG)

- Implantação de órgãos executivos e de conselhos de promoção da igualdade racial nos municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) participa dessa iniciativa com a disponibilização de indicadores sociais para o planejamento das ações.

No período 2011-2014, também foram realizadas várias oficinas de capacitação e palestras em 22 empresas, instituições públicas e privadas, participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela SPM/PR, do qual a SEPPIR/PR é parte do Comitê Gestor.

Casada Moeda, Banco do Brasil, Caixa, Banco Regional de Brasília (BRB); Embrapa, Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Correios, Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz); Petrobrás, BR Distribuidora, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF); Fundação Eletrobras de Seguridade Social (Eletros), Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social; Senado Federal, Câmara Federal; Advocacia Geral da União (AGU); Prefeitura de Curitiba; e GEAP - Fundação de Seguridade Social.

Temas relativos à valorização da diversidade racial no ambiente organizacional e nas ações finalísticas também foram levados ao MME, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e à Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

AMPLIAÇÃO DE AÇÕES TEMÁTICAS E INTERSETORIAIS

EDUCAÇÃO

- **Programa de Extensão Universitária (PROEXT)** – realizado pelo MEC, com a participação da SEPPIR/PR na linha Promoção da Igualdade Racial. Desde 2012, foram apoiados 67 programas e projetos de extensão nesta linha, de universidades federais e estaduais, num montante de R\$ 6,8 milhões. Para 2015, foram selecionadas 17 propostas, no valor total de R\$ 2,4 milhões.
- Projeto A Cor da Cultura – desde 2005, capacita professores, por meio de uma rede de organizações e universidades formadoras, para a utilização de series audiovisuais e outros recursos didáticos em sala de aula, atendendo à LDB modificada pela Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. A segunda fase (2010-2011) do projeto abrangeu o Distrito Federal mais nove estados - Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Paraná. A terceira (2013-2014) cobriu os estados de Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul. Nas duas fases foram capacitados 6.275 professores. Com o patrocínio da Petrobrás, o Projeto é executado pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com MEC, SEPPIR/PR, Fundação Cultural Palmares e Cidan.
- **Indicadores de Qualidade da Educação – Relações Raciais na Escola** - publicação integrante da coleção de materiais educativos “Educação e Relações Raciais”, fruto da parceria entre Ação Educativa, UNICEF, MEC e SEPPIR/PR. Objetiva contribuir para que as escolas desenvolvam um processo de auto-avaliação participativa sobre a implementação da LDB, alterada pela Lei nº 10.639/2003, bem como de reconhecimento e de articulação de ações já desenvolvidas para promover uma educação antirracista e não discriminatória.
- **Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR)** - curso a distância dirigido a servidores(as) e gestores(as) das três esferas governo, nas áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento, integrantes de conselhos de políticas públicas e de organizações não-governamentais ligados às temáticas racial e de gênero. Realizado desde 2012 pelo MEC e 11 universidades públicas, com a colaboração da SPM/PR e da SEPPIR/PR, o curso já ofereceu um total de 4.010 vagas.

SAÚDE

Apoio ao processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

- Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde (CTSPN/MS) – incidência junto ao MS para a retomada das reuniões periódicas

do comitê e apoio para a sua participação na elaboração do PPA 2012-2015, na Conferência Mundial de Determinantes Sociais de Saúde e na 14ª Conferência Nacional de Saúde e na construção do II Plano Operativo da PNSIPN.

- Pesquisa sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - com cerca de 400 secretários(as) municipais de saúde de todo o Brasil, reunidos no XXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), em julho de 2011. Foi verificado quais ações eram realizadas, constatando-se o baixo grau de conhecimento acerca da PNSIPN. Os resultados foram utilizados para qualificar o diálogo da SEPP/PR junto ao MS.
- Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde – atuação no Grupo de Trabalho Interministerial de preparação e coordenação da Conferência, realizada pelo MS e a Fiocruz, em 2011, com a participação de cerca de 100 países. A prioridade da SEPP/PR foi a de assegurar o debate com base em publicação que lançou na ocasião: Racismo como Determinante Social em Saúde.
- Enfrentando o Racismo Institucional para Promover Saúde Integral da População Negra no SUS - encontro realizado, em 2012, pela SEPP/PR, MS e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). Participaram gestores públicos, representantes e equipes técnicas do Sistema ONU, especialistas e ativistas da área de saúde. Na ocasião foi criado o Fórum Nacional de Gestores de Saúde da População Negra.
- Protocolo de Intenções entre MS e SEPP/PR, no âmbito da campanha Igualdade Racial é pra Valer. Entre as ações realizadas pelo MS em 2014, destacam-se:
 - Criação do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental, visando propor aos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) práticas do cuidado que reconheçam o racismo como causador de sofrimento psíquico.
 - Edição temática da revista Painel de Indicadores, tratando do perfil epidemiológico da população negra, com um foco na juventude e na mulher.
 - Curso Saúde da População Negra, módulo educativo auto-instrucional online, de 45 horas, dirigido a profissionais de saúde da Atenção Básica, em especial.
 - Campanha «Racismo faz mal à saúde» para enfrentamento ao racismo institucional no SUS e garantia de atendimento humanizado e igualitário à população negra.

Apoio à atuação de pesquisadores

- I Encontro de Pesquisadoras e Pesquisadores em Saúde da População Negra no âmbito do VII Congresso de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros (COPENE - 2012); e Reunião Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Saúde da População Negra. Desses eventos resultaram propostas de atualização da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa do MS e o edital de pesquisa Saúde da População Negra no Brasil - Nº. 21/2014, CNPQ/MS/SCTIE/DECIT/SGEP.

TRABALHO

Agenda Nacional do Trabalho Decente

- Participação ativa da SEPP/PR no conjunto de ações impulsionado pelo Comitê Executivo Interministerial para a Agenda Nacional do Trabalho Decente, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ao longo de quatro anos, contribuiu com diferentes instâncias e processos, tais como: coordenação conjunta com o MTE do Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial e Trabalho Decente; Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2012); Subcomitês para a Juventude, de Gênero e de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos.
- Realização do Fórum Nacional de Trabalho Decente para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, em julho de 2012, em parceria com mais de dez ministérios, secretarias e entidades. O Fórum tratou de igualdade racial no mundo do trabalho, empreendedorismo negro e ações afirmativas para mulheres negras e população quilombo-la, entre outros temas.
- Com os resultados do Fórum, foi produzida a Agenda Governamental de Trabalho Decente para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, lançada pela SEPP/PR em 2012.

Defesa de direitos das trabalhadoras domésticas

- Aprovação, em 2011, da Convenção 189 e a Recomendação N° 201 sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT. O governo brasileiro, por meio do MTE, MRE, SPM/PR e SEPP/PR, teve destacada participação nesse processo, ao lado de representantes do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das entidades sindicais, como a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).
- Promulgação pelo Congresso Nacional, em abril de 2013, da Emenda Constitucional N°. 72, que amplia os direitos dos trabalhadores domésticos, categoria formada por maioria de mulheres negras. A regulamentação da Emenda vem sendo acompanhada por representantes da categoria, pelas assessorias parlamentares da SEPP/PR e de outros ministérios, para que não haja retrocessos em tão importante conquista.



AÇÕES INTEGRADAS PARA AS MULHERES NEGRAS

Conjunto de ações, validadas em oficina nacional com cerca de 50 lideranças do movimento de mulheres negras, organizadas em três eixos - fortalecimento da organização; enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional; e cultura e comunicação para a igualdade – em consonância com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Principais ações realizadas:

- **20 anos do legado de Lélia Gonzalez** – contou com quatro iniciativas em homenagem à antropóloga e ativista que exerceu grande influência na formação dos movimentos negro e de mulheres no Brasil.
 - *Prêmio Lélia Gonzalez* - Protagonismo de Organizações de Mulheres Negras. Lançado 2013, contemplou 13 projetos, no valor total de R\$ 1,4 milhão, voltados para veiculação de conteúdo midiático, campanhas, eventos (cursos, seminários, oficinas, encontros ou similares), produção de publicações, registro e memória. Parceria entre a SEPIIR e a SPM.
 - Seminário *O Feminismo Negro e o Pensamento de Lélia Gonzalez*, realizado em maio de 2014, com os objetivos de difundir e debater a contribuição teórica de Lélia Gonzalez e oferecer subsídios às organizações para a melhor execução dos projetos premiados, em linha com as políticas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo e de promoção da igualdade racial e de gênero.
 - Pré-lançamento do Projeto Memória que, em sua 13ª edição homenageia Lélia Gonzalez. Instituído pela Fundação Banco do Brasil e realizado pela Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), o Projeto consiste na produção e difusão de um Almanaque Histórico, um Livro Fotobiográfico, um sítio na Internet, uma Exposição itinerante e um Videodocumentário sobre a vida e a obra da antropóloga e ativista afro-brasileira. Realizado em julho de 2014.
 - Apoio ao *I Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana* e *I Workshop Mulheres Negras Pensando as Práticas Sociais, Culturais e Políticas*, promovidos em dezembro de 2014 pelas Universidades Federal da Bahia e do Estado da Bahia, em parceria com Criola – Organização de Mulheres Negras.
- **Prevenção à morte materna** – participação no Comitê de Monitoramento do Programa Rede Cegonha, do MS, visando estimular o uso das informações desagregadas por cor ou raça no planejamento das ações, considerando a persistência de índices mais altos de mortalidade materna entre mulheres negras.
- **Publicação** - A Participação das Mulheres Negras nos Espaços de Poder apresenta um quadro sobre as assimetrias que marcam o processo de ocupação dos espaços de poder. Produto da parceria entre a SEPIIR/PR e o Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Sistema das Nações Unidas no Brasil. Lançada em 2012.



Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

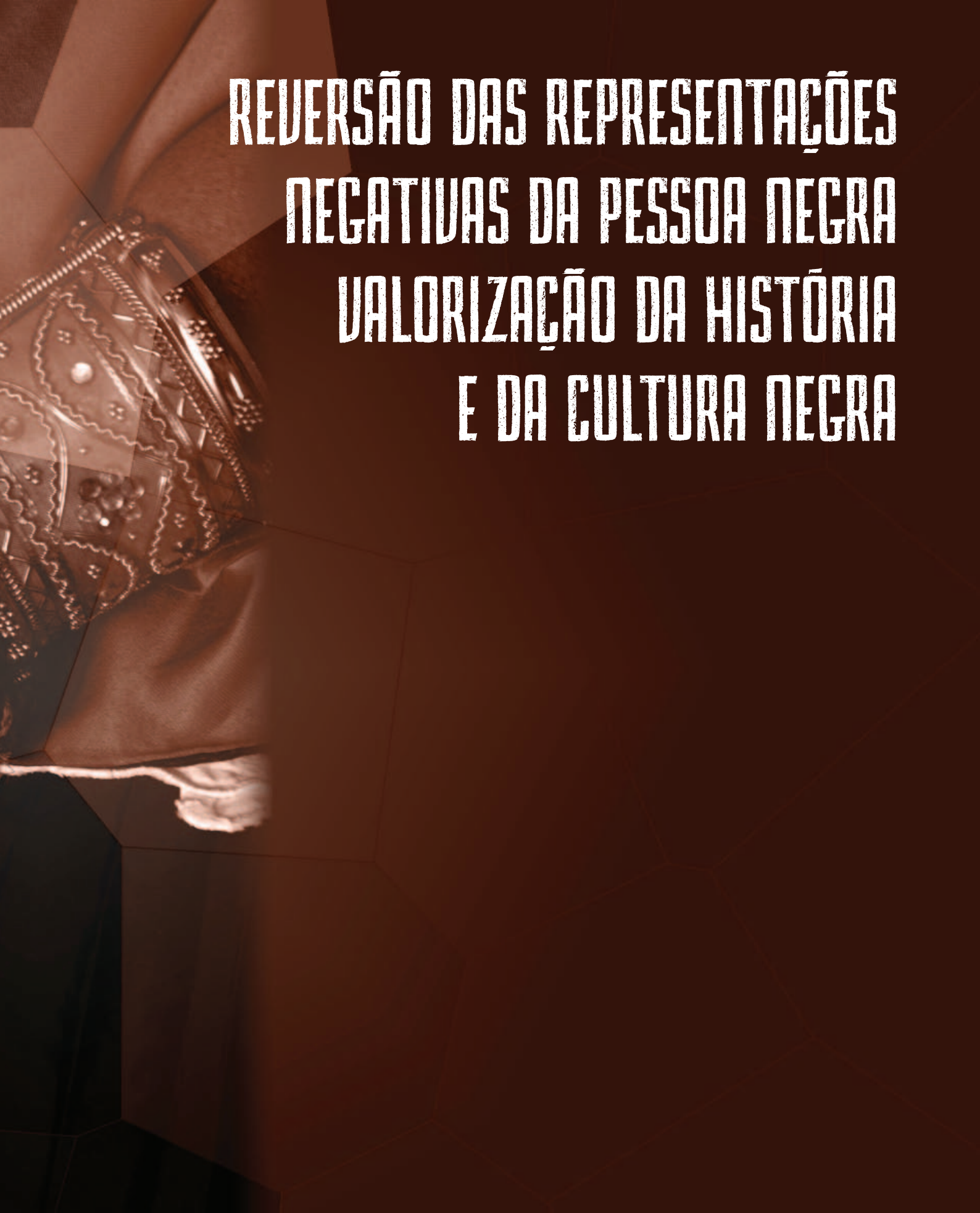
Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde

Garantia de Direitos
Igualdade
Respeito
Educação
Direitos
Saúde





**REVERSÃO DAS REPRESENTAÇÕES
NEGATIVAS DA PESSOA NEGRA
VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA
E DA CULTURA NEGRA**



O objetivo de reforçar a representação positiva da população negra, assim como valorizar a sua história e cultura, atravessa a maioria das ações da SEPPIR/PR. Este é o caso, por exemplo, dos editais de apoio a projetos culturais e artísticos, do apoio ao fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil, das ações na área de educação e de todo o trabalho desenvolvido com diferentes segmentos - como mulheres, jovens e comunidades tradicionais. A própria missão da SEPPIR/PR, de articular os setores do governo para a efetivação da política de igualdade racial, traz implícito o esforço permanente de combater percepções que naturalizam as desigualdades raciais, por conta da suposta inferioridade dos negros e de outros grupos etnicorraciais historicamente discriminados.

Contudo, no período 2011-2014, foi realizado um conjunto de iniciativas mais explicitamente voltado para assegurar a disseminação de narrativas e de imagens da pessoa negra livres de estereótipos racistas.

REUNIÕES COM COMUNICADORES

Ocorreram duas reuniões, em 2011 e 2014, para definição e encaminhamento de ações, entre as quais destacam-se:

- Realização, em 2011, do curso Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas, promovido pela ONU Mulheres, em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas, SPM/PR, EBC e SEPPIR/PR. A formação envolveu 50 profissionais e estudantes de Alagoas, Amazonas, Ceará, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, visando oferecer subsídios para a abordagem das temáticas de gênero, raça e etnia no trabalho jornalístico.
- Apoio, em 2011, ao VIII Seminário A Mulher e a Mídia, iniciativa do Instituto Patrícia Galvão, com o apoio da SEPPIR/PR, SPM/PR, Fundação Ford e ONU Mulheres, com o tema Racismo e sexismo na mídia: uma questão ainda em pauta.
- Apoio ao 1º Encontro Nacional dos Jornalistas pela Igualdade Racial (1º Enjira), promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2014, como parte do 36º Congresso Nacional de Jornalistas. Cerca de 100 profissionais participaram do Enjira, com o objetivo debater sobre os desafios da questão racial na mídia brasileira e da implementação de ações afirmativas nos veículos de comunicação social e nas assessorias de imprensa, nas esferas pública e privada.
- Seminário Diálogos: Democracia e Comunicação sem Racismo, por um Brasil Afirmativo, promovido pela SEPPIR/PR, em 2014, com cerca de cem comunicadores - jovens atuantes nas mídias digitais, profissionais ligados a entidades de classe, acadêmicos e representantes do governo federal. O seminário tratou, entre outros temas, do papel da comunicação na construção da realidade, das estratégias anti-hegemônicas para dar visibi-

lidade às mudanças que ocorrem na sociedade, em especial na população negra, e de propostas para o fortalecimento da mídia negra.

- Apoio à Universidade Federal de Minas Gerais, para o 9º Seminário Internacional Imagem dos Povos, que em novembro de 2014 reuniu realizadores, gestores públicos e executivos do setor audiovisual de todas as regiões do Brasil. Orientado pelo tema Diversidade e Mercado Audiovisual, o seminário avaliou os cenários e condições da produção e difusão de conteúdos da diversidade e apresentou aos participantes oportunidades de financiamento e de aquisição de produtos audiovisuais disponíveis no mercado.

PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Cooperação entre a SEPP/PR e a EBC para estimular a elaboração de roteiros, a produção e a difusão de audiovisuais voltados à promoção da igualdade racial e ao reconhecimento da diversidade cultural na sociedade brasileira. O primeiro produto dessa cooperação foi o licenciamento e a veiculação da novela angolana Windeck, lançada em novembro de 2014, marco importante tanto no estreitamento das relações culturais entre Brasil e Angola, como na afirmação de uma teledramaturgia que contemple artistas negros como protagonistas.

PUBLICAÇÕES

Além dos 25 autores negros selecionados em edital de coedição da Biblioteca Nacional (ver Quadro 3), cabe destacar outras publicações que recuperam experiências e trajetórias importantes para entender a contribuição negra na formação social e cultural do Brasil.

- Mulheres Negras contam sua história. Reúne 15 redações e ensaios premiados em iniciativa promovida pela SPM/PR, em 2013, com o objetivo de estimular a reflexão sobre histórias de vida e experiências de superação do racismo.
- Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Obra em quatro volumes, organizada por Eduardo de Assis Duarte, que apresenta um amplo panorama sobre a produção de autores(as), em grande parte ausentes da historiografia literária no Brasil, do século XVIII ao XXI. A primeira reimpressão desta obra, em 2014, parceria entre a SEPP/PR e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é destinada ao acervo de bibliotecas e escolas públicas.

VALORIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

No período 2011-2014, o Congresso Nacional aprovou e a Presidenta da República sancionou seis leis referentes a fatos históricos e a datas que marcam a contribuição de personalidades e de organizações negras para a vida brasileira.

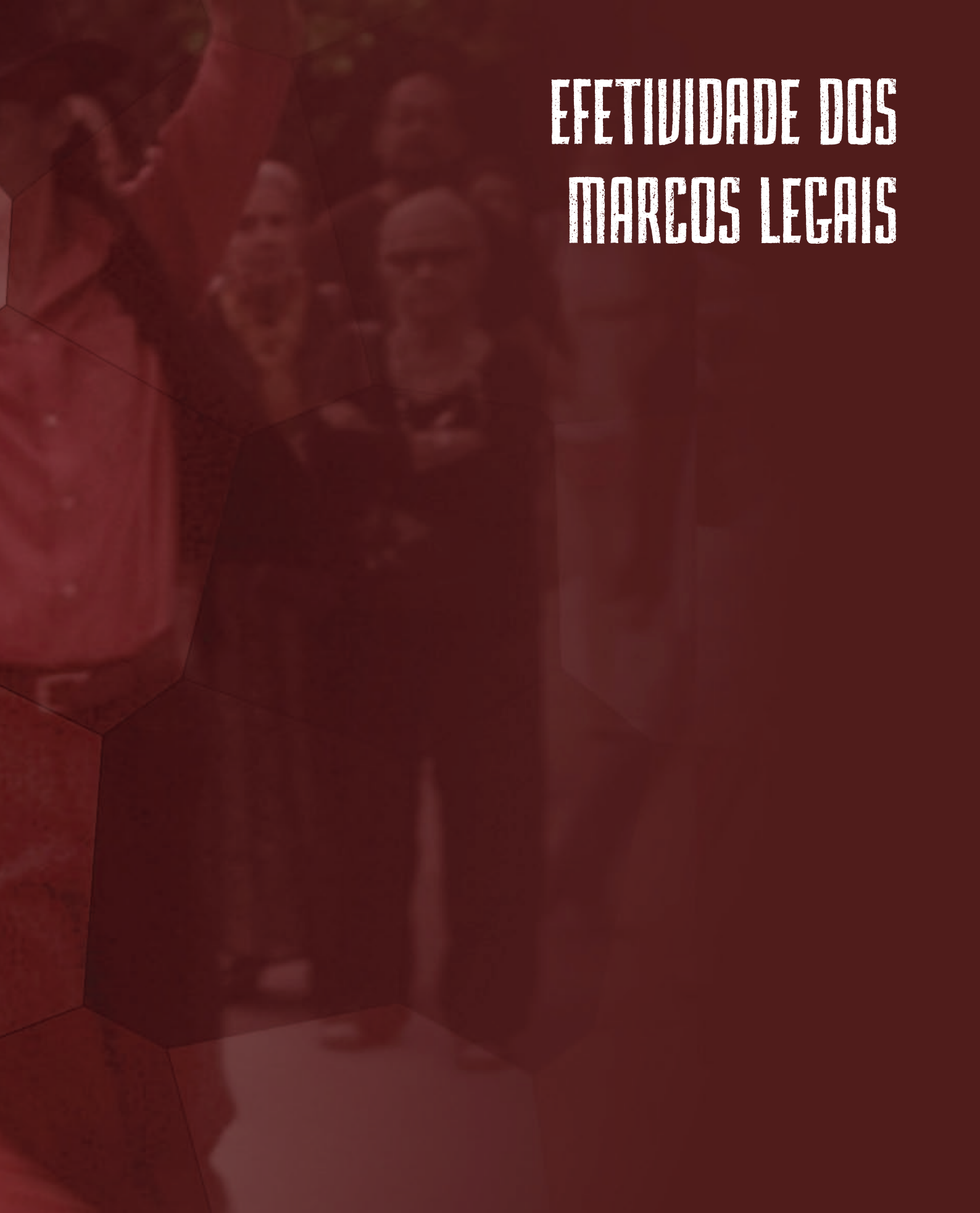
Quadro 10 – Novas datas de referência histórica

Lei Nº	Ementa
12.391, de 04 de março de 2011	Inscribe no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília, os heróis da Revolta dos Búzios João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manuel Faustino Santos Lira e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga.
12.519, de 10 de novembro de 2011	Institui o 20 de novembro como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra
12.630, de 11 de maio de 2012	Institui o 11 de maio como Dia Nacional do Reggae
12.644, de 16 de maio de 2012	Institui o 15 de novembro como Dia Nacional da Umbanda
12.981, de 28 de maio de 2014	Dispõe sobre a oficialização no território nacional do Hino da Negritude, de autoria do professor Eduardo de Oliveira.
12.987, de 2 de junho de 2014	Institui o 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra

RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

- Portaria Nº 68, de 9 de julho de 2014, do Ministério da Cultura, com base na manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do IPHAN, homologou o tombamento da Casa de Oxumaré - Ilê Oxumaré Araká Ogodô, referência entre as comunidades de matriz africana do Brasil, situada em Salvador, Bahia.
- Em dezembro de 2014, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural se manifestou favorável ao reconhecimento do Maracatu Nação, do Maracatu de Baque Solto e do Cavalo-Marinho, como patrimônios culturais de natureza imaterial.





EFETIVIDADE DOS MARCOS LEGAIS



As ações visando à efetividade dos marcos legais nos casos de racismo e de discriminação racial são de responsabilidade da Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial, que recebe e encaminha denúncias, bem como acompanha a implementação de medidas para a promoção da igualdade racial, nos termos do Estatuto da Igualdade Racial.

Quadro 11 – Demandas apresentadas à Ouvidoria

Demandas	Anos				
	2011	2012	2013	2014(*)	Total
Denúncias	219	105	246	448	1018
Solicitação de Informação	310	129	165	107	711
Reclamações	74	01	02	09	86
Elogios e Sugestões	53	22	12	03	90
Total	656	257	425	567	1905

Fonte: Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial da SEPP/PR

(*) Até 12 de dezembro de 2014

Em relação às denúncias recebidas, a Ouvidoria definiu procedimentos para evitar seu arquivamento, pelos órgãos competentes, por improcedência no quesito formal. A denúncia deve conter: dados pessoais completos do denunciante, descrição dos fatos com o nome dos agentes e das vítimas, se for possível identificá-los, Boletim de Ocorrência e, se disponível, fotos e gravações de áudio e/ou vídeo.

O aumento considerável do número de denúncias registrado em 2014 deveu-se aos casos envolvendo veículos de comunicação e redes sociais. Das 448 recebidas, 187 foram atribuídas a tais situações.

Quadro 12 – Casos emblemáticos tratados pela Ouvidoria

Ano	Caso	Descrição
2011	Cartilha de prevenção a roubos e furtos da Polícia Militar - DF	A frase “Previna-se contra furto e roubo a pedestre na rodoviária” era ilustrada por dois jovens negros armados assaltando um homem branco. O Comando da Polícia Militar do Distrito Federal concordou em retirar a cartilha de circulação.
	Campanha da Caixa Econômica Federal	Peça publicitária com ator branco representando Machado de Assis. Resultou no reconhecimento do equívoco, retirada da peça do ar e produção de novo comercial.
	Denúncia sobre site racista	Site de “pseudo-partido” com imagens, slogans e textos de apologia ao nazismo e à violência racial e de gênero. Foi aberto Procedimento de Averiguação Preliminar, pela Polícia Federal, para identificar a autoria. As URL’s encaminhadas foram incluídas no formulário de denúncia do Projeto Anjos na Rede, disponível em http://denuncia.pf.gov.br .

Ano	Caso	Descrição
2012	Campanha Publicitária da Cerveja DEVASSA	Publicada na mídia impressa, imagem de mulher negra seguida de frase: “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra [...]” Instado, o MPF reuniu-se com representantes do Observatório Negro, autor da denúncia, e do Grupo Schincariol. Este teve que realizar seminário sobre publicidade e direitos das mulheres e foi multado pelo PROCON de Vitória, ES, por campanha discriminatória. O CONAR determinou a alteração do anúncio.
2013	Programa Mais Médicos	Várias manifestações racistas quando da chegada de médicos cubanos negros participantes do Programa, em especial no estado do Ceará. Juntamente com a Ouvidora Geral do SUS foi criada uma mensagem para ser executada no Disque SUS 136: “O racismo também é crime no atendimento de saúde. Em caso de discriminação, denuncie, vá a delegacia mais próxima! No Brasil, igualdade racial é pra valer!”
2014	Violência contra a Juventude Negra	Grupo intitulado Justiceiros prendeu a um poste o pescoço de um jovem negro, nu, com uma trava de bicicleta, em praça da cidade do Rio de Janeiro. Em reuniões com representantes locais do Ministério Público, OAB/RJ e Defensoria Pública foram pactuadas ações contra a violência com a juventude negra no estado.
	“Rolezinhos”	Várias manifestações discriminatórias contra jovens, na maioria negros, em reuniões programadas para shopping centers, por meio de redes sociais. Para inibir possíveis excessos da polícia no cumprimento de ordens judiciais, foram mobilizados o Conselho Nacional do Ministério Público, as Comissões de Direitos Humanos e de Promoção da Igualdade da OAB. A OAB e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo organizaram plantões de advogados.
	Racismo no Futebol	Episódios recorrentes de racismo nos campos de futebol motivaram reunião com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Entre outras, está prevista a colaboração em ações de comunicação e de prevenção de atos racistas por meio de <i>softwares</i> e aplicativos construídos em parceria pela SEPPPIR e CBF.
	Serie “Sexo e as Nega”	A serie, da Rede Globo de Televisão, foi objeto de 172 denúncias acerca de conteúdo considerado discriminatório em relação à mulher negra, já a partir do título. Comunicada, a emissora manifestou discordância do teor das denúncias, que considerou ser em baixo numero. Ao mesmo tempo, a polêmica continuou a envolver grande numero de pessoas nas redes sociais, com destaque para as organizações de mulheres negras. A segunda temporada do seriado ainda não foi anunciada.

Fonte: Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial da SEPPPIR/PR

REDE NACIONAL DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

O Decreto de regulamentação do SINAPIR estabelece a criação do Disque Igualdade Racial, sob responsabilidade da SEPPIR/PR, para receber denúncias de racismo e discriminação racial, em especial as relacionadas à juventude negra, comunidades tradicionais de matriz africana, comunidades quilombolas e povos de cultura cigana. Também indica a formação da Rede Nacional de Atendimento às Vítimas de Discriminação Racial, em apoio à operação do Disque.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes iniciativas da Ouvidoria:

- Diálogo para formalizar acordos de cooperação com a Defensoria Pública da União e o Ministério Público do Trabalho, com vistas ao combate ao racismo, à promoção da igualdade racial e do respeito aos direitos de povos e comunidades tradicionais.
- Parceria com órgãos de promoção da igualdade racial dos estados e municípios para atendimento dos casos de racismo e de intolerância, para maior celeridade no atendimento às vítimas e nos processos.
- Integração à Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo como membro titular, para atuar na solução de conflitos fundiários envolvendo comunidades quilombolas.
- Participação, a partir de 2012, na Secretaria Executiva do Fórum de Ouvidorias Públicas com Pautas Sociais (FOPS), rede para atendimento integral às demandas que perpassam mais de uma Ouvidoria.
- Parceria com o Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB) para o encaminhamento de casos ao Núcleo de Atendimento às vítimas de injúria racial e de racismo do IESB.
- Parceria com o CFOAB para incentivar ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no âmbito da OAB, bem com produzir uma publicação sobre a matéria.

ATUAÇÃO EM PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Em 2013, a SEPPIR/PR, por meio da Ouvidoria, constituiu um Grupo de Trabalho sobre o Código Penal, para o qual foram convidados 16 profissionais do direito com reconhecida especialização na tutela racial. O GT elaborou um conjunto de propostas para o aperfeiçoamento da normativa penal nos temas relativos ao racismo e às relações etnicorraciais, que foram apresentadas em audiência pública no Senado Federal, encaminhadas e acatadas pelo Ministério da Justiça (MJ), que coordena, no governo federal, as contribuições ao anteprojeto do Código Penal.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei N.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos para garantir o acesso às informações previsto na Constituição Federal. Em seu artigo 9º, criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) que, na SEPP/PR, é de responsabilidade da Ouvidoria.

De maio de 2012 a 12 de dezembro de 2014, foram registrados 254 (duzentos e cinquenta e quatro) pedidos de acesso à informação, dos quais 10 (dez) geraram recursos, o que demonstra a qualidade da informação repassada. A Lei estipula em até 20 dias o prazo para a resposta tempestiva ao pedido do cidadão, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) desde que justificado. O tempo médio de resposta da SEPP/PR tem sido de 12 (doze) dias.

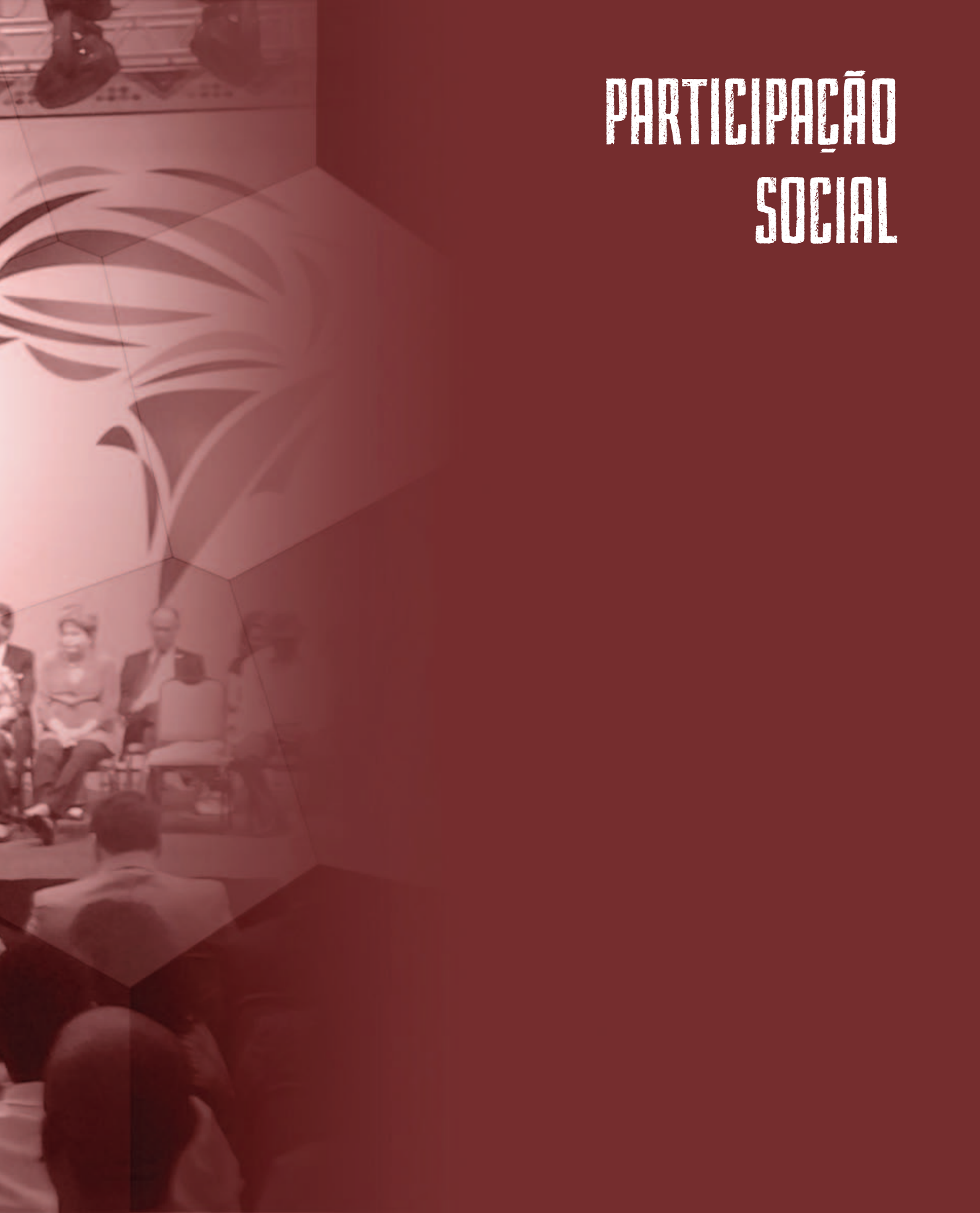
Garantia de Direitos
Igualdade
Racial
Respeito
Educação
Direitos
Saúde
Trabalho
Tradições
Acesso



III CONFERÊNCIA
NACIONAL DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL
DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SEM RACISMO
POR UM BRASIL AFIRMATIVO
BRASÍLIA - 5 A 7 DE NOVEMBRO DE 2013



PARTICIPAÇÃO SOCIAL





Em linha com a estratégia do governo federal de ampliar a Participação Social, a SEPPIR/PR procurou assegurar o diálogo com diversos segmentos, em especial o movimento social negro, nas suas variadas expressões. Lideranças, autoridades tradicionais, artistas, professores(as) e pesquisadores(as) foram convocados(as) em diferentes momentos com vistas à incorporação de suas opiniões e demandas aos processos de elaboração e de implementação da política de promoção da igualdade racial.



INSTÂNCIAS FORMAIS

CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Em 2013, a SEPPIR/PR conjugou a celebração de seu décimo aniversário com a preparação para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR), cujo tema foi Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Brasil Afirmativo.

Na etapa preparatória da Conferência, foram discutidos quatro subtemas, em seis Seminários Temáticos realizados em Brasília, DF, Salvador, BA, Recife, PE, São Paulo, SP, Belém, PA e Porto Alegre, RS. Os seminários contaram com representantes de movimentos sociais, ONGs, universidades e governos, num total aproximado de 2,7 mil pessoas. Também ocorreram três Plenárias Nacionais de Comunidades Tradicionais, que permitiram consolidar propostas para a III CONAPIR.

Em cerca de 500 conferências municipais, 26 estaduais e uma distrital, o processo da III CONAPIR mobilizou um total aproximado de 48 mil participantes. A Conferência inovou na metodologia, permitindo a definição de 40 prioridades na etapa nacional, sendo 10 para cada subtema. Como desdobramento, foi criada a ferramenta Monitora CONAPIR, disponível para acesso ao público em <http://monitoraconapir.seppir.gov.br>, que confere maior transparência ao processo de implementação das resoluções da Conferência.

CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (CONPIR)

Órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da SEPPIR/PR, é composto de forma paritária pela sociedade civil e o governo, num total de 44 (quarenta e quatro) representações.

Ao final do biênio 2010-2012, a escolha de organizações da sociedade civil passou a ser feita por meio de processo eleitoral eletrônico, que atende as normas previstas em cada edital. As entidades habilitadas elegem os representantes no Conselho entre seus pares. Participaram das eleições redes e organizações com comprovada atuação na defesa, garantia e ampliação dos direitos da população negra e de outros segmentos etnicorraciais.



No período de 2011-2014 destacam-se as seguintes atuações do CNPIR:

- Participação na construção do PPA 2012-2015 e no Fórum Interconselhos instituído para o seu monitoramento. O atual PPA, primeiro elaborado sob a vigência do Estatuto da Igualdade Racial, demandou dos(as) conselheiros(as) governamentais acompanhamento junto aos respectivos ministérios, para a inclusão da promoção da igualdade racial nos diversos programas que compõem o PPA.
- Contribuições na discussão de temas estratégicos para a SEPPIR/PR – além de participar do Grupo de Trabalho para a Implementação do Estatuto da Igualdade Racial, o CNPIR apresentou contribuições para o SINAPIR; o Plano Juventude Viva; Ações Integradas para as Mulheres Negras; Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Também participou de mobilizações pela aprovação das leis de cotas.
- Apoio às ações da SEPPIR/PR no Ano Internacional dos Afrodescendentes, em 2011 - organização de atividade preparatória do movimento negro brasileiro ao Afro XXI - Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, promovido pela Segib, com o apoio da SEPPIR/PR, MRE e governo do estado da Bahia. No Afro XXI, o Fórum da Sociedade Civil elaborou a «Carta de Salvador, pela dignidade, direitos e desenvolvimento das pessoas, povos e comunidades afrodescendentes».
- Atuação na Conferência Rio+20 – organização de seminário preparatório do movimento negro, em 2012, no Rio de Janeiro, do qual resultou o documento «Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Miséria pela ótica do Movimento Negro», assinado por mais de 40 entidades.
- III CONAPIR – participação de sete conselheiros(as) na Comissão Organizadora Nacional, juntamente com representantes governamentais, responsável por todas as etapas do processo. Das Plenárias Nacionais às etapas estaduais e nacional da Conferência.
- Participação em ações de gestão da SEPPIR/PR – exercício do controle social nas comissões de seleção de diversas chamadas públicas para apoio a projetos de iniciativa da sociedade civil e de entes federados; na avaliação de prestações de contas referentes a convênios e termos de parceria celebrados pela SEPPIR/PR.

ESPAÇOS DE DEBATE

RODAS DE CONVERSA

Foram realizadas sete edições, em 2012, transmitidas online. As apresentações, por especialistas convidados eram seguidas de debates, que trataram de temas como: Indicadores de Desigualdades Raciais; Protagonismo da Mulher Negra; Prevenção da Aids; Cotas nas Universidades; Nova Classe Média; Apropriação Tecnológica e Comunidades Tradicio-

nais; e Desenvolvimento Sustentável. As duas últimas ocorreram durante a Conferência Rio+20.

A convite da SEPPIR/PR, 37 lideranças do movimento negro reuniram-se em Brasília, para debater a conjuntura nacional, no contexto das manifestações de junho de 2013, e em preparação para III CONAPIR.

AUDIÊNCIAS COM A PRESIDÊNCIA

Cerca de 30 lideranças e representantes do movimento negro foram recebidos pela Presidente da República em duas audiências. Uma em julho de 2013, como parte da rodada de diálogos com a sociedade civil promovida no período; e a segunda em março de 2014, sobre a campanha Copa sem Racismo.

CONSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS, PROGRAMAS E PLANOS

A partir do entendimento de que as políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial existentes no Brasil se originaram de propostas do movimento social, a SEPPIR/PR realizou inúmeras oficinas, reuniões e encontros com representações de diferentes setores que, juntamente com conselheiros(as) do CNPIR, contribuíram no processo de elaboração das principais iniciativas no período 2011-2014. Entre estas destacam-se:

- Desde 2011, foram realizados pela SEPPIR/PR 15 encontros com autoridades e lideranças de matriz africana e outras 35 atividades organizadas pela sociedade civil e/ou por órgãos públicos no DF e nos estados.
- Seminários Integrados do PBQ, com representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, para desenvolver planos de trabalho estaduais para as comunidades quilombolas. Cerca de nove seminários e 11 oficinas realizadas desde 2011, em 12 estados.
- Oficina Nacional com participação de 50 lideranças mulheres negras de todo o Brasil, em setembro de 2012.
- Reuniões com pessoas e coletivos que atuam no campo do Empreendedorismo Negro, envolvendo cerca de 100 participantes, para subsidiar as propostas da SEPPIR/PR, relativas a capacitação, assistência técnica e financiamento.
- Encontro Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil, em 2012, devolutiva do governo federal às organizações que contribuíram na formulação inicial do Plano Juventude Viva.
- Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, realizado nos dias 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília. Reuniu cerca de 300 pessoas de diferentes etnias e subgrupos, do Distrito Federal e 19 estados.



- Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos do Plano Juventude Viva (FOM-PI) ao qual compete acompanhar as ações do PJV. Primeira reunião em 2014.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL



A atuação internacional da SEPPIR/PR baseou-se em dois eixos principais. O primeiro se traduz no empenho para manter o combate à discriminação e à intolerância na agenda das organizações multilaterais e fóruns internacionais pertinentes. O segundo está voltado para os países americanos que como o Brasil, por um lado, experimentam assimetrias sociais baseadas na discriminação etnicorracial e, por outro, empreendem esforços para a superação das desigualdades resultantes e para o fortalecimento da democracia.

Desde 2011, com a proclamação pela Assembléia Geral das Nações Unidas do Ano Internacional dos Afrodescendentes, a SEPPIR/PR, em colaboração com o MRE, vem participando de todos os principais debates multilaterais e regionais sobre o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial. Assim, contribuiu para o avanço de agendas substantivas, reafirmando a liderança do Brasil nessas temáticas.

AÇÕES MULTILATERAIS

A SEPPIR/PR esteve presente nos painéis e reuniões para a comemoração dos dez anos da Declaração e do Programa de Ação de Durban; atuou desde a etapa inicial das negociações para a proclamação da Década Internacional dos Afrodescendentes, em dezembro de 2013, até a elaboração de seu Programa de Ação. A diplomacia brasileira teve papel fundamental no êxito desses processos, defendendo que a omissão em relação ao racismo viola os direitos humanos, coloca risco as relações entre povos e entre grupos na mesma sociedade, a cooperação entre nações, a paz e a segurança internacional.

A **Década Internacional dos Afrodescendentes**, com o tema Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento, foi oficialmente lançada pelas Nações Unidas, em 10 de dezembro de 2014.

A SEPPIR/PR contribuiu na construção da posição brasileira no processo da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). O documento final, O Futuro Que Queremos, incluiu em seu artigo nono a responsabilidade dos Estados com os direitos humanos, sem distinção de raça e cor. O ineditismo da formulação foi mencionado pela Presidenta Dilma Rousseff que, em seu discurso no evento, sublinhou que “pela primeira vez, num documento desse tipo, falamos da igualdade racial e da não-discriminação”.

Nas discussões que se seguiram, a SEPPIR/PR defendeu a inclusão de metas e indicadores específicos relativos ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

ARTICULAÇÃO REGIONAL

- A partir da proposição da Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), o governo brasileiro, em parceria com o governo do estado da Bahia e do Sistema Nações Unidas no Brasil, organizou o **Afro XXI - Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes**, em novembro de 2011. O evento reuniu cerca de dois mil ativistas, acadêmicos e representantes governamentais e produziu novos compromissos regionais consignados na Carta de Salvador, de iniciativa da sociedade civil, e na Declaração dos Chefes de Estado. As propostas de criação de um Observatório de Dados Estatísticos sobre Afrodescendentes na América Latina e Caribe, de instituição de um Centro de Memória Histórica Afrodescendente e de instituição de um Fundo Iberoamericano em Benefício dos Afrodescendentes foram levadas pela SEPPIR aos fóruns multilaterais e regionais que se seguiram.
- Participação nos debates que resultaram na aprovação da **Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Intolerâncias Correlatas**, em 2013, pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Convenção aprimora os parâmetros de proteção internacionalmente consagrados e inclui formas contemporâneas de racismo, suprimindo uma lacuna na região que não dispunha de documento vinculante sobre a discriminação racial.
- Convocação da Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre a Década dos Afrodescendentes, com representantes governamentais e da sociedade civil. Esta iniciativa da SEPPIR, com apoio do MRE, realizada em março de 2014, resultou em uma Declaração que influenciou os debates do Plano de Ação da Década Internacional dos Afrodescendentes das Nações Unidas.
- Organização, em dezembro de 2014, da primeira reunião do Grupo de Trabalho encarregado de elaborar o Plano de Ação para a Década dos Afrodescendentes Latinoamericanos e Caribenhos, decretada pela Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), em setembro de 2013.
- Incentivo à proposta da Comissão Permanente sobre Discriminação, Racismo e Xenofobia do Mercosul para a criação do Mercosul Afrodescendente, estrutura que estimulará a cooperação entre Estados Membros e Associados para a promoção da igualdade racial. A proposta será discutida na próxima reunião da Comissão, a realizar-se em 2015, durante a presidência pro tempore do Brasil.

AÇÕES BILATERAIS

A SEPPIR/PR buscou ampliar a cooperação bilateral em missões de intercâmbio e visitas a países como Peru, Equador, Colômbia, Argentina, Uruguai, México, Estados Unidos e Espanha. Com o governo espanhol, foi firmado um Memorando de Entendimento visando fortalecer a colaboração técnica, financeira e institucional para a garantia e a defesa de direitos de grupos historicamente discriminados.

O projeto Quilombo das Américas desenvolveu intercâmbios e pesquisa comparativa entre comunidades afrorurais do Brasil (Quilombo Empata Viagem, de Maraú, Bahia) Equador (Território do Valle Del Chota, La Concepción e Salinas, nas províncias de Carchi e Imbabura) e Panamá (Corregimento de Garachiné, na província de Darién). O projeto, que contou com a parceria de órgãos federais e de organismos internacionais, registrou a experiência em vídeo e em livro - “Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afrorurais” – lançados em 2013.

O Plano de Ação Conjunto Brasil-Estados Unidos (JAPER), iniciado em 2008, prosseguiu sob a coordenação da SEPPIR/PR e do MRE, agregando do lado brasileiro os Ministérios da Educação, Saúde, Justiça e Meio Ambiente. No período 2012-2014, destacaram-se as trocas de experiências nas áreas de acesso à justiça e segurança pública, saúde da população negra, educação e empreendedorismo negro.

LISTA DE QUADROS

- Quadro1- Número de órgãos e de conselhos de promoção da igualdade racial
- Quadro2- Vagas ofertadas em Universidades e Institutos Federais
- Quadro3- Editais de apoio a projetos de cultura e de arte negra
- Quadro4- Situação fundiária das comunidades quilombolas
- Quadro5- Minha Casa Minha Vida em comunidades quilombolas
- Quadro6- Obras de Saneamento em comunidades quilombolas
- Quadro7- Escolas quilombolas ativas
- Quadro8- Escolas quilombolas atendidas pelo PNAE
- Quadro9- Principais ações implementadas nos territórios do PJV
- Quadro10- Novas datas de referência histórica
- Quadro11- Demandas apresentadas à Ouvidoria
- Quadro12- Casos emblemáticos tratados pela Ouvidoria

GLOSSÁRIO

- ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores
- AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- AFRO XXI – Encontro Ibero-americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes
- AGU – Advocacia Geral da União
- ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
- APNs – Agentes de Pastoral Negros
- ApT – Programa Água para Todos
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATER Quilombola - Assistência técnica voltada ao atendimento das demandas produtivas específicas das comunidades quilombolas
- BB – Banco do Brasil
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BR Distribuidora – Petrobrás Distribuidora
- BRB – Banco Regional de Brasília
- CACD – Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata
- CADON – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Osvaldo dos Santos e Neves
- CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
- Caixa – Caixa Econômica Federal
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação
- CBF – Confederação Brasileira de Futebol
- CCAF – Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
- CDH – Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas
- CELAC – Comunidade da América Latina e do Caribe
- CEPEL/Eletronbras – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletronbras
- CEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Tocantins
- CFOAB – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- CGRE/SESu/MEC – Coordenação Geral de Relações Estudantis da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
- CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CIDAN – Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNES/MS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Ministério da Saúde
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural
CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPq/MCTI – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
CODAE – Corporação de Desenvolvimento Afro-equatoriano da Presidência da República do Equador
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
CONASEMS – Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONDEG – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Garuva/SC
CONERC – Conselho Municipal da Comunidade Negra de Rio Claro/SP
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COPENE – Congresso de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros
Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais ou Serviço Geológico do Brasil
CTSPN/MS – Comitê Técnico de Saúde da População Negra, Ministério da Saúde
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DECIT/MS – Departamento de Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DPU – Defensoria Pública da União
EaD – Ensino à Distância
EADA – Encontro África e a Diáspora Africana: Oportunidades para o Desenvolvimento do Continente
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENJIRA – Encontro Nacional dos Jornalistas pela Igualdade Racial
ESF/MS – Estratégia Saúde da Família, Ministério da Saúde
FCP/MinC – Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
Fies – Programa de Financiamento Estudantil, Ministério da Educação
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FIPIR – Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FNDE/MEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação
FOMPI – Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos do Plano Juventude Viva
FOPS – Fórum de Ouvidorias Públicas com Pautas Sociais
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
GPP-GeR – Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça
GT – Grupo de Trabalho
GT-EIR – Grupo de Trabalho do Estatuto da Igualdade Racial
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESB – Instituto de Ensino Superior de Brasília

IFCI – Instituto de Fortalecimento de Capacidades Institucionais
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN/MinC – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Cultura
IRBr/MRE – Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores
ITR – Imposto Territorial Rural
JAPER – Plano de Ação Conjunto Brasil-Estados Unidos da América
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LpT – Programa Luz para Todos
MCidades – Ministério das Cidades
MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MESPT – Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Terras Tradicionais
MI – Ministério da Integração Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPT – Ministério Público do Trabalho
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NUFAC – Núcleo de Formação de Agentes de Cultura, Juventude Negra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAR/MEC – Plano de Ações Articuladas, Ministério da Educação
PBF – Programa Bolsa Família
PBQ – Programa Brasil Quilombola
PIBIC-AF – Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PJV – Plano Juventude Viva
Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico
PM-DF – Polícia Militar do Distrito Federal
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual



PROCON – Instituto de Defesa do Consumidor
PROEXT – Programa de Extensão Universitária, Ministério da Educação
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ProUni – Programa Universidade para Todos, Ministério da Educação
RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano
Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 2012
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAL/MJ – Secretaria de Assuntos Legislativos, Ministério da Justiça
SAV/MinC – Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura
SCDC/MinC – Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, Ministério da Cultura
SCTIE/MS – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Ministério da Saúde
SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECADI/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação
SECOMT/SEPPPIR – Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPPIR/PR
SECULT/BA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEEN – Secretaria Executiva para a Etnia Negra da Presidência da República do Panamá
SEGIB – Secretaria Geral Ibero-Americana
SEPPPIR/PR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SEPROMI/BA – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SES/GDF – Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Distrito Federal
Sesu/MEC – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SG/PR – Secretaria Geral da Presidência da República
SGEP/MS – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Ministério da Saúde
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SIPAF – Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SMPIR – Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República
SPAA/SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPPIR/PR
SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SPU/MPOG – Secretaria do Patrimônio da União, do MPOG
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TPS – Teste de Pré-Seleção para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática-CACD
UF – Unidade da Federação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
URLs – Uniform Resource Locator, em Português, Localizador Padrão de Recursos, que é um endereço de página na Internet



Presidência da República

Secretaria de Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

Espanada dos Ministérios,
Bloco A, 5º e 9º andares

CEP.: 70.054-906

Brasília – Distrito Federal – Brasil

Telefone: 55 61 2025-7040

www.seppir.gov.br
www.facebook.com/seppir
www.twitter.com/seppir

Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
SEM FICAR E SEM DEIXAR